UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PEDRO HENRIQUE LUCAS MORGILIA

“UM RITO, UMA LUTA, UM HOMEM DE COR”: O desfile da Paraíso do Tuiuti de 2018 como leitura da lei 10.639/2003.

MARABÁ - PA
2022

PEDRO HENRIQUE LUCAS MORGILIA

“UM RITO, UMA LUTA, UM HOMEM DE COR”: O desfile da Paraíso do Tuiuti de 2018 como leitura da lei 10.639/2003.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará para obtenção do grau em licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Dr. Davison Hugo Rocha Alves

MARABÁ - PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

M852r Morgilia, Pedro Henrique Lucas
"Um rito, uma luta, um homem de cor": o desfile da Paraíso do Tuiuti de 2018 como leitura da lei 10.639/2003 / Pedro Henrique Lucas Morgilia. — 2022.
81 f. : il. color.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2022.

1. História - Estudo e ensino. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Escolas de samba - Histórias, enredos, etc. 4. Escravidão – Brasil. 5. Escravos - Condições sociais – História. I. Alves, Davison Hugo Rocha, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 907

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

À todos (as) aqueles (as) que acreditam num mundo melhor, pautado na redução das desigualdades, na educação e num futuro com o convívio saudável na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço as forças que regem o universo e a Deus pela força que me faz superar as adversidades, me ampara nos momentos difíceis, e me mostra os melhores caminhos;

À minha filha, Maria Valentina, que é sempre paciente e companheira nos bons e maus momentos, e fez parte da minha vida acadêmica desde seus primeiros passos;

À minha mãe Alessandra e ao meu pai Francisco, por me ensinar a sempre buscar o melhor para minha vida, me ensinar o caminho da educação, por me amar e acreditar em mim;

À minha companheira Thais, que sempre me estimulou a permanecer estudando, me apoiar, e ajudar no meu crescimento acadêmico e individual;

À meu orientador, Professor Dr. Davison Hugo Rocha Alves por me ajudar significativamente na produção, orientação e dedicação a esta pesquisa;

À banca avaliadora, composta pela profª Me. Silvana Sousa Lourinho (Faced/Unfesspa), profª Dra. Adriana dos Prazeres Silva (CCSE/UEPA) pela disponibilidade em ler e avaliar esta pesquisa e dar suas contribuições;

À meus amigos de longa data Raimundo, marido da minha mãe, e Christian que desde muito tempo esteve ao meu lado nas mais diversas empreitadas da vida;

Ao apoio da minha família Aparecida (avó) pela criação que me foi dada e a todo apoio, ao meu tio Rodrigo e sua esposa Mabia, Madalena (avó), pela ajuda direta e indireta que empreenderam nesse e em todo tempo;

Ao grupo de estudos e amigos, Andressa, Yanne e Samuel, pelas discussões e companhia no tempo e espaço acadêmico;

À profª Me. Vanja Elizabeth, pelos tempo partilhado nesta trajetória de estudos, trabalho na monitoria do PAIND, sempre me aconselhando e partilhando seu conhecimento;

Aos amigos e amigas, Jhemerson, Kaio, Alan, Cleber, Kátia, Valbiane, Christian, Bepaka Xikrin, Bebyry Xikrin, Airãré, Kawé, pelos momentos que partilhados nesta trajetória;

À Faculdade de Ciências da Educação, e ao seu corpo docente Davison, Vanja, José Pedro, Silvana, Marizete, Leticia, Lucélia, Cleide, Hildete, Terezinha, Walber, Davi, Ana Clédina que fizeram parte de minha formação e, são os responsáveis por ter chegado, enfim, ao início de minha jornada profissional;

À turma da Pedagogia 2016, que conjuntamente se permitiu durante todo o percurso acadêmico formar-se com as discussões e debates da educação, a quem guardarei os momentos que partilhamos em toda essa jornada;

Ao núcleo de estudo N'UMBUNTU, que me acolheu com seu espaço e estudos, me permitindo auxiliar alunos indígenas da Pedagogia na execução das atividades do Programa de Apoio ao Indígena (PAIND);

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, pela oportunidade que tive de amadurecer e ascender à ser um pedagogo, e com todos os meios criados para que nos tornemos pessoas melhores.

“– O que nos dá sentido, o que nos torna ser, é projetar o futuro, não é olhar para o passado e nem ficar de olho no presente é a gente pensar o que a gente pode fazer com aquilo que a vida fez da gente, então o que dá sentido pra vida, é o projeto de vida, então a gente se organiza dentro do sistema, dentro dessas condições para projetar o mundo que ainda não, e nisso é que a gente se abraça, a gente chora, a gente ri, a gente comemora, é pensar na vida dos grandes homens e mulheres da história”.

(SILVIO DE ALMEIDA, 2018, ESCOLA DA VILA)

RESUMO

O desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) teve como carnavalesco Jack Vasconcelos, que foi vice-campeã. Ele constrói uma narrativa apresentando uma leitura do passado da escravidão na sociedade brasileira. De um lado, destaca as diversas facetas da escravidão ao longo da História. Por outro lado, a história de um grupo social que foi excluído da narrativa oficial. O desfile questiona se realmente a escravidão foi extinta após 130 anos de abolição pela princesa Isabel? O carnavalesco nos informa na sua apresentação para LIESA, quais foram os livros lidos para compor o seu enredo. Por exemplo, nas leituras encontramos livros acadêmicos, como **A escravidão na África** de Paul Lovejoy (2002), **A escravidão no Brasil** de Jayme Pinsky (2002) e **Dicionário da escravidão negra no Brasil** de Clóvis Moura (2004), entre outros. Serviram de base para a construção de seu samba-enredo. É um desfile que nos leva a pensar sobre a lei 10.639/2003 e o ensino de História, nos fazendo pensar os reflexos na sociedade brasileira da condição social dos africanos e afrodescendentes após a abolição da escravidão. Utilizamos da Lei de Diretrizes e Bases (1996) e da Constituição Federal (1988), para o debate da educação das relações étnico raciais. Queremos debater a concepção de História presente no desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) a partir da História Cultural conforme destaca Circe Bittencourt (2019). Podemos concluir que o autor do enredo leu os livros indicados pela historiografia. O desfile é recheado de críticas a inclusão do negro na sociedade brasileira, e debate nos dias atuais como atual cativeiro social está imerso na pobreza e na desigualdade social como herança da escravidão portuguesa, sempre vistos às margens da sociedade.

Palavras-Chave: Lei 10.639/2003; Ensino de História e Cultura-Afro; Samba-Enredo.

ABSTRACT

The Parade of Paraíso do Tuiuti (2018) had Jack Vasconcelos as a carnival artist, who was runner-up. He builds a narrative presenting a reading of the past of slavery in Brazilian society. On the one hand, it highlights the various facets of slavery throughout history. On the other hand, the story of a social group that was excluded from the official narrative. The parade questions whether slavery was really extinguished after 130 years of abolition by Princess Isabel? The carnival artist informs us in his presentation to LIESA, which books were read to compose his plot. For example, in the readings we find academic books, such as Slavery in Africa by Paul Lovejoy (2002), Slavery in Brazil by Jayme Pinsky (2002) and Dictionary of Black Slavery in Brazil by Clóvis Moura (2004), among others. They served as the basis for the construction of his samba-enredo. It is a parade that leads us to think about Law 10.639/2003 and the teaching of History, making us think about the reflexes in Brazilian society of the social condition of Africans and Afro-descendants after the abolition of slavery. We want to discuss the conception of History present in the Paraíso do Tuiuti parade (2018) based on Cultural History as highlighted by Circe Bittencourt (2019). We can conclude that the author of the plot read the books indicated by the historiography. The parade is full of criticism of the inclusion of black people in Brazilian society, and debates nowadays how the current social captivity is immersed in poverty and social inequality as a legacy of Portuguese slavery, always seen on the margins of society.

Keywords: Law 10.639/2003; Teaching Afro-History and Culture; Samba-Enredo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comissão de Frente da Paraíso do Tuiuti…….. 48

Figura 2 – Representação da Senzala com o capataz…….. 48

Figura 3 – Comissão de frente e carro abre-alas da Paraíso do Tuiuti…… 49

Figura 4 – O papel do preto velho…….……. 50

Figura 5 – O processo de cura dos pretos velhos…….……... 50

Figura 6 – Sabedoria Quilombola…….…….. 51

Figura 7 – Carro Abre-Alas Quilombo do Tuiuti…… 52

Figura 8 – Ala Corveia egípcia…….…….. 52

Figura 9 – Pirâmides do Egito…….…… 53

Figura 10 – Escravizados babilônios…….…….. 53

Figura 11 – Ala serviçal grego…….…… 54

Figura 12 – Ala gladiador Romano…….…… 55

Figura 13 – Ala povos eslavos…….…… 55

Figura 14 – Ala povo árabe…….…… 56

Figura 15 – Carro Mercado de gente……... 57

Figura 16 – Ala África e Europa…….…… 58

Figura 17 – Ala das baianas: riqueza africana…….…… 58

Figura 18 – Ala guerreiros…….…….. 59

Figura 19 – Ala aprisionados…….…….. 59

Figura 20 – Carro Tumbeiros…….…….. 60

Figura 21 – Carro Tumbeiros…….…….. 61

Figura 22 – Rei do Congo…….……... 61

Figura 23 – escravizados nos canaviais……... 62

Figura 24 – Escravizados com ouro e diamantes…… 62

Figura 25 – Bateria Feitores…….……... 63

Figura 26 – Escravizados na faiscação…….…….. 63

Figura 27 – Escravizados de ganho nas Minas…….…….. 64

Figura 28 – Carro Alegórico Ouro Negro…….…….. 65

Figura 29 – Pinturas do francês Debret…….…….. 65

Figura 30 – Festa da Congada com pintura de Debret…… 66

Figura 31 – Ala Homem de cor…….…….. 66

Figura 32 – Ala Os abolicionistas…….……... 67

Figura 33 – Ala camélias do Leblon…….……... 68

Figura 34 – Ala dama de ferro…….…… 68

Figura 35 – Tripé Lei Áurea…….……... 69

Figura 36 – Ala cativeiro social…….…….. 70

Figura 37 – Ala trabalho escravo…….…… 70

Figura 38 – Ala trabalho informal…….…….. 71

Figura 39 – Ala guerreiros da CLT…….……. 72

Figura 40 – Ala manifestoches…….……... 72

Figura 41 – Carro Neo-Tumbeiro I: vampiro neoliberalista…… 73

Figura 42 – Carro Neo-Tumbeiro II: “patriota” protestando……... 74

Figura 43 – Carro Neo-Tumbeiro III…….…….. 74

Figura 44 – Carro Neo-Tumbeiro: Carteira de Trabalho……. 75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representação do desfile da Paraíso do Tuiuti 2018…….. 34
Tabela 2 – Livros historiográficos para escrita do samba enredo da Paraíso do Tuiuti em 2018 …….. 43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

G.R.E.S.P.T Grêmio Recreativo de Escola de Samba Paraíso do Tuiuti

N'UMBUNTU Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UNIFESSPA Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO…….**	**14**
2	**O SAMBA-ENREDO, A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE HISTÓRIA…..**	**19**
2.1	**A lei nº 10.639/2003 e a luta antirracista na sociedade brasileira…….**	**20**
2.2	**As aulas de História: um espaço de conversa sobre quilombismo e resistência negra para além da escravidão……..**	**26**
3	**"NÃO SOU ESCRAVO DE NENHUM SENHOR, MEU PARAÍSO É MEU BASTIÃO": O USO DE SAMBA-ENREDO EM SALA DE AULA……**	**39**
3.1	**2018, 130 anos de assinatura da Lei Áurea: está extinta a escravidão brasileira?.....**	**39**
3.2	**O samba-enredo da Paraíso do Tuiuti (2018) como espaço de resistência…...**	**43**
4	**CONCLUSÃO……...**	**76**
	REFERÊNCIAS……	**79**

INTRODUÇÃO

O dia a dia do professor de História na educação básica, e dos pedagogos e pedagogas (gestor escolar e docente) no ofício docente, seus desafios teóricos-metodológicos e práticos acerca dos mais variados assuntos, no que se refere à identidade étnico-racial da população brasileira, são parte das discussões deste trabalho. O presente trabalho de conclusão de curso está inserido dentro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'Umbuntu) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

A pesquisa desenvolvida quer construir uma outra perspectiva educacional frente a sobrevivência de um discurso branqueador e racista da sociedade brasileira, presente em diferentes espaços e que tem impregnado um discurso homogeneizador no interior da sociedade. Nesse aspecto, a percepção dessa realidade social foi uma razão determinante para a pesquisa que procuramos desenvolver e apresentar nesse TCC, pois, o estudo da relação entre o ensino de história e música popular, especificamente, o samba enredo possibilita discutirmos as relações raciais no Brasil, e com isso contribuir para diminuir o combate do discurso social de branqueamento da sociedade brasileira.

O trabalho de conclusão de curso propõe apresentar os resultados mais relevantes que alcançamos dentro da pesquisa sobre o movimento negro e o diálogo com o carnaval carioca, especificamente com a escola de samba Paraíso do Tuiuti. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo descritiva, pois tenta-se fazer uma descrição da população, situação ou fenômeno ao redor do qual está centralizado um estudo (BORGES; TAQUETTE, 2020, p. 63).

A análise das imagens, foi feita com base no material disponibilizado no abre alas da escola de samba Paraíso do Tuiuti de 2018, e com base na literatura utilizada pelo carnavalesco e na utilizada neste trabalho, pôde-se depreender as análises que tem haver com uma interpretação do contexto social e histórico que o carnavalesco se propôs a criar com a organização cronológica dos fatos, que questionam desde a escravidão associada à pessoa negra e afrodescendente até a então dissipação geográfica da pobreza e do trabalho na sociedade brasileira.

A importância do uso de imagens, se faz por ser uma excelente fonte histórica que registra o que a visão alcança e permite sua interpretação de forma consistente, o registro ocular portanto pode dar uma breve noção do que se quer tratar e neste trabalho é relevante

por se tratar de uma festividade que é parte da cultura nacional e se propõe a retratar um fato ou fenômeno, criticando e questionando tal realidade.

A tabela 01, tem como fonte o abre alas e sua organização foi feita com base em palavras chave associadas aos setores, alas, alegorias e carros utilizados na montagem deste desfile, interpretando-os e possibilitando o trabalho na sociedade e em sala de aula.

A luta histórica dos negros pelo reconhecimento de suas contribuições, saberes e formas de (re)existir no mundo possuem suas raízes em nossa sociedade. A lei nº 10.639 de 2003 debatida ao longo deste trabalho foi sendo gestada ao longo do século XX, pois, sendo uma demanda da população negra buscou-se introduzir uma educação mais diversa e plural, e menos eurocêntrica[1] que se coloca no centro do debate educacional a história, a cultura, a identidade e a memória do povo negro.

Percebemos a persistência do discurso eurocêntrico nos livros didáticos, nas práticas educativas, na literatura, no cinema, na história, nos diversos lugares de memória presentes no interior de uma determinada sociedade. A construção da nação brasileira foi forjada em torno dos construtores de uma identidade nacional, ou seja, dos homens de letras ligados ao Estado nação, como destaca a historiadora Arlette Gasparello (2004).

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) vem na contramão da história oficial pensada no final do século XIX, quando se pensou a identidade nacional brasileira, foram colocados para as margens do processo histórico e do espaço escolar, os índios e os negros, por exemplo, queremos questionar essa narrativa oficial pensada em torno do processo de conquista do Estado brasileiro, que relegou-os a cultura da subalternidade, da insignificância e de uma cultura sem identidade ligado ao Estado nação.

Não somente isso! Queremos destacar que após 19 anos de aprovada a lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, o movimento negro continuou resistindo e procurando alternativas no currículo escolar para diminuir o efeito do apagamento da memória social da sua história. O exemplo que temos desse processo social são os desfiles das escolas de samba que trazem uma leitura da sociedade brasileira que estão ainda caminhando a passos curtos no interior do espaço escolar.

A lei nº 10.639 de 2003 não pode ser vista como um espaço de data comemorativa. Lembrar para depois apagar da memória escolar durante o ano letivo, como se tivesse "cumprindo" a legislação educacional e posteriormente reproduzir-se uma narrativa

---

[1] Entendemos o eurocentrismo como sendo a produção intelectual, cultural, religiosa e epistemológica que a Europa produz, e se impõe como o padrão a ser seguido por outras sociedades, noutros contextos, que demandam outras formas de pensar suas realidades, assim associam como um norte a ser seguido.

eurocêntrica dentro do espaço escolar. Podemos construir outras leituras históricas e sociais dentro e fora do ambiente escolar, essa é a finalidade deste TCC, quando procura-se colocar no centro do debate a discussão da identidade racial multifacetada formada no interior da sociedade brasileira.

Nesse caso, estamos afirmando que sempre existiu uma disputa de narrativa no interior da sociedade brasileira, e que após o ano de 2003, tornou-se intensificada com a reivindicação histórica de índios e negros dentro da História do Brasil, pois, passados mais de 500 anos de conquista, de dominação e de exploração a luta dos negros por cidadania e educação querendo políticas públicas efetivas em todos os níveis sociais no combate ao racismo e a subalternização fruto do processo de colonização portuguesa.

Sabemos que a lei nº 10.639 de 2003, também se tornou uma luta contra a tese defendida pelo sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) de que no Brasil vivia-se uma democracia racial, foi um conceito adotado pela elite intelectual após o processo de abolição da escravatura pela princesa Isabel, para afirmar que no Brasil não existia racismo. A ideia de harmonia racial foi amplamente "vendida" por Gilberto Freyre o que resultou na miscigenação do povo brasileiro na sua obra Casa Grande & Senzala, foi uma forma de esconder os problemas sociais e raciais presentes no interior da formação da sociedade brasileira.

> [..] Os europeus e seus descendentes tiveram [...] de transigir com índios e africanos quanto a relação genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - a dos brancos com as mulheres de cor - de 'superiores' com 'inferiores'. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a Casa-Grande e a Mata Tropical, entre a Casa-Grande e a Senzala (FREYRE, 2010, p. 125).

Com isso, propomos ao longo deste trabalho desmistificar a ideia de democracia racial[2], e começamos destacando como ponto inicial desta reflexão como sendo a inclusão da cultura e a história do povo africano dentro do espaço escolar, permitindo assim o seu debate neste espaço. Nosso propósito é de construir uma epistemologia decolonial[3] dentro do espaço

---

[2] Nas escolas, a inclusão das temáticas da história e cultura afro-brasileira, podem ser vistas como uma ação tensionadora das diferenças existentes no espaço escolar, e a que os gestores estão sujeitos quando não há um diálogo entre escola x comunidade x secretarias de educação, quando a educação que ensejamos é uma que desmistifique a ideia de uma sociedade não indiferente às diferenças.

[3] Uma epistemologia decolonial pode ser entendida, como uma ciência pensada e produzida pelos pesquisadores do contexto latino-americano, que esteja atenta aos pressupostos teóricos gerais mas a serviço dos povos subalternizados e as fontes de conhecimento do sul global, neste caso, a nossa forma de pensar e viver, que não esteja pautada num ideário eurocêntrico, mas sim crítico à modernidade e ao capitalismo.

escolar, que considere outras cosmovisões[4] do mundo e identidades étnicas como afirmação do direito de existir na sociedade brasileira.

O racismo brasileiro enquanto projeto de dominação da elite branca e europeia introduziu valores e costumes que se perpetuaram por séculos na História do Brasil. A história tem o papel de compreender que o racismo é um processo que precisa ser combatido dentro e fora do ambiente escolar. Admitimos a ideia de que a História está em todo lugar, e não somente nos bancos escolares, ela está presente nas praças, nos monumentos, nas redes sociais, nos jornais, nos filmes, na literatura, e nos desfiles da escola de samba. A História enquanto narrativa social está em todo lugar, por isso, ela é dinâmica, viva e múltipla.

Queremos debater a concepção de História presente no desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) a partir da História Cultural conforme destaca Circe Bittencourt (2019). Uma história para além do projeto econômico pensado desde o processo de escravidão no Brasil, apresentando outras possibilidades de olhar o negro na sociedade brasileira, por exemplo, nesse sentido uma noção de história dos povos sem escrita, esquecidos ou anulados pela "história da civilização", como é o caso das sociedades indígenas e africanas (BITTENCOURT, 2019, p. 132).

Dito isso, esse trabalho de conclusão de curso está assim estruturado. No primeiro capítulo **O samba-enredo, a lei 10.639/2003 e o ensino de História** tem como finalidade debater os reflexos da lei antirracista na sociedade brasileira apresentando uma leitura possível do passado brasileiro a partir da historicidade que marca a trajetória do povo negro em diversas civilizações e na sociedade brasileira. A chave-leitura que estamos construindo é a partir da relação passado e presente, de acordo com o historiador Marc Bloch, no seu livro clássico Apologia da História ou Ofício do historiador, assim nos evidencia que a "história não é a ciência que estudos os acontecimentos do passado, mas sim a ciência que estuda o homem e sua ação no tempo" (BLOCH, 2009, p. 10). Portanto, para o historiador francês não

---

[4](Nos mitos negros) o universo é pensado como um todo integrado; a concepção de tempo privilegia o tempo passado, o tempo dos ancestrais, e sustenta toda a noção histórica da cosmovisão africana; já a noção de pessoa é vista de modo muito singular, cada qual possuindo seu destino e procurando aumentar a sua Força Vital, o seu axé; a Força Vital que é a energia mais importante desses povos, insufla vitalidade ao universo africano. A palavra, por sua vez, é tida como um atributo do preexistente, e por isso mesmo, promovedora de realizações e transformações no mundo, veículo primordial do conhecimento. A morte, por seu turno, não significa o fim da vida, mas parte do processo cíclico da existência que tem como referência maior os ancestrais. A morte é restituição à fonte primordial da vida, a lama que está situada no orun. A família é a base da organização social. Os processos de socialização forjam coletivamente o indivíduo, fundamentando o objetivo a ser atingido socialmente: o bem-estar da comunidade. Por fim, o poder, que é vivido coletivamente, tem o objetivo de promover a comunidade e garantir a ética africana (OLIVEIRA, 2003: 220).

se admite que o passado possui uma versão fabricada pelo Estado, conforme acreditam os historiadores positivistas do século XIX.

Nesse aspecto, queremos realçar a importância da relação ensino de história, currículo multicultural e música popular. Queremos ressaltar a relevância da construção de um currículo interculturalista, a partir das leituras de Oliveira e Candau (2010) e de Silva (2001). Faremos o diálogo com a historiografia da temática 10.639 de 2003 para demonstrar as perspectivas e a realidade encontrada no que se refere a temática lei antirracista no interior do espaço escolar.

No segundo capítulo intitulado **"Não sou escravo de nenhum senhor, meu paraíso é meu bastião": O uso de samba-enredo em sala de aula**, partimos da ideia de que o carnavalesco de uma escola de samba possui uma leitura do passado mediada pela historiografia lida ao longo da construção da temática escolhida para ser explorada na avenida Marquês de Sapucaí. Compreende-se que "os sentimentos influem na análise independente da distância temporal" (BLOCH, 2009, p. 61). Por isso, que sua interpretação sobre determinado fato histórico é sempre motivada por interesses e por sua própria vivência, nesse aspecto singular, cabe-se ressaltar que o seu processo de interpretação do passado é influenciado por seus sentimentos e escolhas.

A fonte historiográfica do segundo capítulo é o desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti (2018). A escola de samba da Zona Norte do Rio de Janeiro escolheu como temática central debater os 130 anos de abolição da escravidão brasileira, partindo da condição social criada pela sociedade brasileira após a processo de assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, assim, ao longo do desfile vai ser questionada a benesse do Estado Imperial a partir da falsa inclusão social ao qual foi imposta a população negra, agora liberta do sistema escravocrata após o processo lento e gradual da abolição da escravatura no Brasil, no dia 13 de maio de 1888. A luta então anunciada pela escola de samba é mostrar que a escravidão se extinguiu no seu molde inicial do tráfico transatlântico, mas que se redefiniu a partir do desmonte da CLT com o golpe em 2018 de Michel Temer a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, mostrando seu viés classista e racista aos trabalhadores brasileiros.

Por fim, cabe-se ressaltar que o desfile da Paraíso do Tuiuti é uma leitura da lei n° 10.639 de 2003, pois, não basta somente incluir no espaço escolar uma reflexão sobre a história do povo afrodescendente. Faz se necessário construir um olhar crítico e social sobre as consequências do processo escravocrata no interior da sociedade brasileira. Espera-se que o TCC destaque esse aspecto da história recente do Brasil.

2 O SAMBA-ENREDO, A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE HISTÓRIA

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a lei nº 10.639/03 dentro da perspectiva histórica na sociedade brasileira, e apresentar os reflexos dessa legislação educacional no ensino de História do Brasil após a sua promulgação em 9 de janeiro de 2003. Pois, sabemos que houve um redimensionamento da discussão educacional brasileira após a publicação da lei modificando a prática pedagógica na educação básica, em todos os níveis de ensino em nosso país.

Estamos apresentando as reflexões do ensino de História a partir dos autores que dialogam com a temática deste trabalho de conclusão de curso (TCC) em questão, a saber:

O objetivo geral deste capítulo I é destacar a importância de discutir a questão étnico-racial em sala de aula ao longo do ano letivo e não somente como data folclorizada, saindo das amarras da perspectiva da pontualidade das datas históricas (exemplo, 13 de maio de 1888 conhecida como a Abolição da escravatura pela princesa Isabel ou o 20 de novembro de 2003 conhecida como o Dia da consciência negra) fugindo da ideia de olhar o outro como turista no espaço escolar. Sensibilizar os docentes na escola a debater a discussão da referida legislação educacional e apresentar uma leitura do passado no tempo presente dentro de uma perspectiva pós-colonialista[5] a partir do lugar do negro(a) na sociedade brasileira conforme nos aponta o professor Tomaz Tadeu em seu livro Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do currículo quando afirma que,

> Uma perspectiva pós-colonial do currículo deveria estar particularmente atenta às formas aparentemente benignas de representação do Outro, que estão em toda parte nos currículos contemporâneos. Nessas formas superficialmente vistas como multiculturais, o Outro é "visitado" de perspectiva que poderia se chamar de "perspectiva de turista" a qual estimula uma abordagem superficial e voyeurística das culturas alheias. Uma perspectiva pós-colonialista questionaria as experiências superficialmente multiculturais, estimuladas nas chamadas "datas comemorativas": o dia do índio, da mulher, do negro. Uma perspectiva pós-colonial exige um currículo multicultural que não separe questões de conhecimento, cultura e estética de questões de poder, política e interpretação. Ela reivindica um lugar descolonizado. (SILVA, 2022, p. 130-131)

A presente pesquisa destaca a importância da discussão ao longo do ano letivo, A problemática que norteia esse primeiro capítulo é a seguinte: como o professor na educação básica pode trabalhar em sala de aula com samba-enredo a temática étnico-racial?

---

[5]Uma perspectiva pós-colonial se refere a um olhar diferenciado para a colonização, como parte de um processo global que, apesar de ter findado, ainda sobrevive de forma oculta nos países que fizeram parte deste processo, pensar a partir desta perspectiva é questionar as maneiras que o "Outro", os excluídos, são encaixados nos currículos.

2.1 A lei nº 10.639/2003 e a luta antirracista na sociedade brasileira

A questão da educação antirracista é uma demanda histórica do movimento negro, após a publicação da Constituição Federal de 1988 a agenda antirracista teve seu lugar presente na escola, na sociedade e nas legislações educativas, foi pautada através dos movimentos sociais, partidos políticos, movimento negro e da sociedade em geral, com a finalidade de se ter um olhar para demanda de grupos considerados marginalizados na sociedade brasileira. Iniciarmos o debate em torno da questão étnico-racial a partir das legislações brasileira, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988 apresenta novos ventos ao combate ao racismo na sociedade, conforme expressa no seu artigo 3 nos dizendo que "constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, já evidenciava a questão do racismo estrutural existente na sociedade brasileira. Sabemos que qualquer grande modificação na sociedade passa por um processo lento, com tantas dores, muitas passadas, mas também com outras presentes, como o racismo e o preconceito estrutural. O país precisa se enxergar, pois, o país somos todos nós. A consciência e a Constituição Federal de 1988 formam um aspecto importante para exigir respeito às diferenças, em vez dos gritos perturbadores do preconceito na sociedade brasileira nos campos de futebol, nas escolas, nos espaços públicos e nos espaços privados. Na referida carta magna da nação brasileira está ecoado: racismo é crime.

O debate em torno da questão racial tem se intensificado, multiplicando as discussões, pesquisas e reflexões sobre a questão étnico-racial no contexto nacional, isso dada a heterogeneidade formativa de seu povo e a realidade socioeconômica. Não tem se a intenção nesta subseção de apresentar a história do movimento negro no Brasil, apesar de sabermos da pertinência em torno os caminhos percorridos pelo negro e pela negra na sociedade. Pois, isso faria com que o capítulo se tornasse extenso.

Os anseios por uma legislação que abrangesse o universo referente aos povos afrodescendentes ocorreram a partir a Lei nº 10.639/03, sendo fruto das lutas históricas do movimento negro por uma melhor visibilidade a suas causas, que há tanto se viam suprimidas pela sua inferiorização estrutural[6] perante a sociedade.

---

[6]A inferiorização estrutural a que nos referimos tem haver com a normalidade do racismo nas estruturas de funcionamento da sociedade, sendo assim o racismo não seria visto como algo anormal ou fora do comum, ele portanto está emaranhado às instituições e ao trato dela com os negros e afrodescendentes, sendo notado no controle dos corpos negros e na sua repreensão física, no olhar negativo à utilização das tranças negras em

A Lei nº 10.639/03 “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2003), além de acrescer o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Não estamos concordando com a ideia de que as datas comemorativas devam ser lembradas no espaço escolar, elas devem servir de reflexão e são importantes espaços para observar os caminhos percorridos dentro da sociedade, e visualizar quais são os personagens que constroem a história de uma nação, mas não somente isso! Existem outras formas de fugir das perspectivas colonialistas de lembrar e esquecer dentro e fora do espaço escolar.

Portanto, a lei nº 10.639/2003 torna-se um espaço de reflexão dentro da sociedade brasileira sobre a diversidade cultural e social existente no passado e no presente, portanto, ela precisa ser debatida e refletida dentro da prática pedagógica do professor em sala de aula, bem como pelo gestor educacional quando for organizar a rotina interna dentro da escola, por exemplo, são faces da mesma moeda.

Sabemos da evolução nos debates sobre a questão étnico-racial a partir da lei nº 11.645 de 2008, no entanto, ela não será o foco do nosso trabalho de conclusão de curso, nesse outro momento da legislação educacional brasileira pensou-se na inclusão dos povos indígenas dentro do currículo escolar. A lei n°10.639 de 2003 é considerada um marco político dentro da legislação educacional brasileira, pois influenciou diretamente as mudanças paradigmáticas no currículo escolar, apresentando novas práticas educativas, pois, conforme nos lembra o professor Tomaz Tadeu (2022, p. 150) “o currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é um documento de identidade dentro do espaço escolar”. De acordo com Gonçalves e Silva, a lei 10.639 de 2003 permite aproximações no espaço escolar, dentro de uma perspectiva multicultural, compreendendo a diversidade existente no território brasileiro.

> O tema aprender e ensinar em meio às relações étnico-raciais, portanto, em contextos de sociedades multiculturais como a nossa, é amplo, vasto e permite muitas aproximações. A que aqui venho apresentar é uma, feita a título de introdução à temática que deve ser tratada de múltiplas perspectivas, coordenadas, encadeadas. No Brasil, temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos, sem medo de tensões, abertos a nossa diversidade, sem querer ninguém ser o melhor, o superior. (GONÇALVES E SILVA, 2011, p. 32)

A presente lei coloca no papel a necessidade pelo estudo da história e cultura

---

contraposto a apropriação cultural de pessoas brancas das tranças (tema bem desenvolvido por Rodney William no livro Apropriação cultural da coleção feminismos plurais) e de outros elementos de outras culturas, não sendo repreendidos ou julgados como pessoas negras seriam.

afro-brasileira no currículo escolar, como sendo de grande relevância para compreender como a presença do povo afrodescendente e sua cultura impacta nas relações interpessoais em nosso território.

Acrescentar na lei o dia da Consciência Negra, é de suma importância no que tange a presença da cultura negra na sociedade, porém a rememoração em datas pontuais pode ser inócua se não bem debatida nas várias esferas da sociedade, visto ser desafiador pensar uma educação antirracista sem problematizar e, sem incorrer numa história contada a partir de uma perspectiva, geralmente a nacional ou do colonizador.

Nesse sentido, cabe-se ressaltar que o ensino de História deslocou o olhar anteriormente marcado na historiografia desde o final do século XIX para o currículo e prática escolar pautada no eurocentrismo tradicional, que abordava a história única a partir do prisma da Europa relegando para segundo plano a história dos povos indígenas e africanos no Brasil, por exemplo, sendo marcadamente presente no espaço público (praças, monumentos, nomes de escolas, nomes de prédios públicos, placas de ruas, entre outros). Era necessário demonstrar que por trás do processo de conquista do território brasileiro, tem se uma história subjugada em detrimento da chamada "história nacional", houve-se a construção social do silenciamento na cultura escolar da história da África e do Brasil afrodescendente, pois, a história da região africana e do povo afrodescendente não se resume a escravidão como a historiografia nacional tentou construir como nos destaca Ynaê Santos,

> A história da África é muito maior do que aquilo que foi ensinado por muitos anos. A cultura brasileira é uma das maiores provas da importância que os africanos e seus descendentes tiveram e ainda têm na história do Brasil. Mesmo tendo sido escravizados e tratados como seres inferiores, esses homens e mulheres que foram arrancados de diversas regiões da África, conseguiram recriar seus laços de identidade, de parentesco e de sociabilidade que foram elementos fundantes do Brasil que conhecemos hoje. Por isso, a história brasileira só pode ser entendida levando em consideração esses atores sociais e a trajetória dos povos africanos que ajudaram a formar o Brasil e os brasileiros. (SANTOS, 2017, p. 284)

Existe uma forte conexão entre a História do Brasil e o continente africano, é bem verdade, no entanto, sabe-se que estamos diante de uma temática considerada sensível no espaço escolar, pois, diversos fatores internos e externos acabam influenciando o professor a não trabalhar essa temática na sala de aula. Os chamados temas "controversos" são evitados na sala de aula (ALBERTI, 2013, p. 35). Nesse aspecto, considera-se uma história em território contestado dentro do espaço escolar, pois, o seu conhecimento gera um impasse bastante difícil e constrangedor (SANTOS, 2022).

Sobre esse controverso mundo de temáticas consideradas tabus em famílias que

consideram irrelevantes sua abordagem e discussão em sala de aula, temos a realidade imposta por preceitos religiosos e o preconceito sofrido por aqueles que manifestam outras religiões que não a cristã.

A literatura do campo do ensino de História e a educação das relações étnico-raciais revelam as possibilidades de aprendizagem a favor de um currículo multiculturalista, pois, ele permite construir uma reeducação dentro do espaço escolar, possibilitando ter uma visão positiva da identidade negra (SANTOS, 2013, p. 65). Conforme expressa os estudos de Candau (2003, p. 25) a criança negra do sexo feminino torna-se a maior vítima do preconceito dentro do espaço escolar, visto que é "alvo de práticas discriminatórias que afetam seu autoconceito e sua autoestima e induzem-nas a ver a si mesmas como inferiores como as demais", gênero, classe e raça são fatores determinantes para a discriminação e preconceitos raciais no Brasil.

Denotar responsabilidade as pessoas, é de suma importância quando se pretende trazer à tona toda violência física, psicológica e epistêmica sofrida pelas pessoas que possuem todos os traços fenótipos que denotam inferioridade sob o pressuposto da hierarquização racial. Aqui "no Brasil, a aparência física, os traços fenotípicos, tiveram e têm um lugar central nessa estratégia, servindo como demarcador/ limitador dos espaços socioeconômicos e políticos que 'podem' ser ocupados pelos grupos étnico-raciais que carregam a pele mais escura" (ANDRADE, 2019, p.19).

Além disso, temos de levar em consideração que "a questão racial não se restringe a comunidade negra, e a superação do racismo e da desigualdade racial faz parte da luta pela construção da cidadania e da democracia para todos" (GOMES, 2013, p. 70), logo colocar a responsabilidade a um determinado grupo não é justo visto que a generalização em massa de tudo aquilo que se refere à pessoa negra, não é um caminho a ser trilhado na luta antirracista.

Historicamente, na antiguidade, o racismo sempre fora justificado social e culturalmente contra povos subalternizados pelos traços fenótipos, associando tais indivíduos e racializando-os a partir de sua aparência física, a determinados grupos étnico-raciais, antes de sê-lo biológico, visto que esta era a justificativa mais objetiva e real para a discriminação racial (MOORE, 2007 apud ANDRADE, 2019), esse poderia ser o argumento encontrado para legitimar toda a desvalorização acerca da negritude no imaginário social brasileiro.

Ainda assim, a efetivação prática da lei no campo escolar encontra suas dificuldades, visto que existem impasses técnicos, teóricos e metodológicos no que diz respeito ao ensino de história e cultura afro-brasileira. Fagundes e Cardoso (2019) elencaram algumas

dificuldades encontradas a partir de trabalhos acadêmicos a respeito da implementação da Lei n° 10.639/2003

> Destacamos aqui as principais dificuldades mencionadas em publicações acadêmicas mais recentes, na literatura do campo e percebidas em nossa prática: 1) falta de apoio da gestão escolar; 2) o desinteresse por parte de dirigentes municipais de educação; 3) a falta de conhecimento e a resistência de professores negros e professoras negras, envolvendo a religião ou não; 4) o desconhecimento da história do Brasil e da África; 5) a não valorização da importância da África; 6) a intolerância religiosa; 7) a resistência das famílias, em virtude de suas opções religiosas, contrárias à abordagem de alguns conteúdos culturais, como as religiões ancestrais afro-brasileiras; 8) a insuficiência de materiais didáticos, como publicações para o público jovem e infanto-juvenil; 9) a abordagem do ensino da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira nos cursos de Pedagogia; 10) a atuação dos conselhos de educação na fiscalização e observância da Lei 10.639/2003; 11) a formação de professores (MACHADO; OLIVEI RA, 2018 apud FAGUNDES; CARDOSO, 2019, p. 68).

Isso mostra que a Lei, na atualidade, encontra dificuldades em sua efetivação, pela ausência de fatores externos e internos nas escolas que as auxiliem, seja pela dificuldade teórica para trabalhar o tempo histórico a que se refere, seja pela intolerância dos pais a abordagem do conteúdo, considerado irrelevante ou desnecessário frente as disciplinas tradicionais, sabendo que a abordagem desses conteúdos tem a ver com uma reparação histórica ao período histórico da escravidão.

A educação é o melhor meio para construir no decorrer do processo formativo de crianças, adolescentes e jovens, um ensino que se preste a sociedade como sendo antirracista.

O grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade, composto predominantemente de intelectuais latino-americanos: filósofos, sociólogos, antropólogos e semiólogos, que propõe um “pensamento outro” acerca dos conhecimentos produzidos pelo norte global (Europa), foi criado no intuito de resistir a modernidade eurocêntrica quanto ao seu projeto de civilização e pensamento epistêmico (CANDAU, 2010), iniciando um movimento tensionador da “herança colonial na América Latina”, e oferecendo releituras históricas a novas e velhas questões por meio da noção de “Giro decolonial”, como uma forma de resistir à lógica da colonialidade.

Tal lógica deriva do processo do colonialismo que deixou marcas irreparáveis nas regiões e povos colonizados perdurando mesmo após a conquista da sua independência até os dias atuais por um processo denominado colonialidade, reproduzido “em três dimensões: do poder, do saber e do ser” (GOMES et.al., 2021, p. 96).

Pensar a colonialidade é compreender que esta oriunda do colonialismo que, se configura pelo controle da autoridade política de um território sobre outro, apropriando-se dos seus recursos de produção e do trabalho de uma população noutra jurisdição territorial, e que

mesmo sendo mais antigo, fora superado pela colonialidade que provou ser mais duradoura pelos efeitos causados na intersubjetividade do colonizado (QUIJANO, 2007 apud CANDAU, 2010).

Sendo assim, a colonialidade perpassa a sociedade do colonizado, visto que o sujeito está subjugado a perpetuação da soberania do outro, desde a produção e os intelectuais do conhecimento acadêmico, a história nacional, política, objetivo e ideais de vida, a religião e sua sobrevivência impacta na autonomia da sociedade colonizada.

Logo o eurocentrismo, é a representação de toda forma de inferiorização do outro, deriva dele a invasão física, cosmológica, epistêmica e do imaginário do outro impondo novos, subalternizado o colonizado em seu espaço enquanto reafirma o próprio, a partir do que tem para si como o padrão a ser divulgado e difundido, deste modo, naturaliza-se a invasão do imaginário europeu no subalternizado, fazendo com que os mesmos neguem e esqueçam de si mesmos. Esse processo de "sedução pela cultura colonialista" ocorre através do "fetichismo cultural" (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 19) criado pelo europeu em torno de sua perspectiva eurocêntrica, que tão somente deixa de sê-lo como também dos subalternizados educados sob sua hegemonia (idem).

Foi assim, que passou-se a pensar no conceito de raça não biológica mas, para então posteriormente, no século XVI, atrelar cor e raça, que assim melhor justificava o colonialismo e o capitalismo do século XIX, levando a uma negação de tudo que se construiu anterior aos conquistadores que levaram o progresso histórico a cultura subalternizada, nesse processo de negação do ser, da temporalidade histórica, do racismo epistêmico (OLIVEIRA; CANDAU, 2010), da inferiorização linguística[7], da cosmovisão dos saberes e da religião e de uma subjugação do subalternizado pelo poder eurocêntrico, que a identidade destes sujeitos se perde, invisibilizando sua existência e inviabilizando a sua aceitação na sociedade por aqueles que historicamente fazem parte desta cultura.

No ambiente escolar, portanto, pode-se incorrer a uma dificuldade de seduzir o aluno a uma associação de si a cultura não eurocêntrica, neste caso a história e cultura afro-brasileira, pois sua subalternização a cultura eurocêntrica, já lhe impôs uma inferiorização subjetiva, que desprender-se dela se torna difícil, pois a resistência acontece desde o convívio social imposto na sociedade, na família e na escola, e é papel do professor então estar bem amparado na

[7] A inferiorização linguística, se deve ao pressuposto do monolinguismo no país de que se fala apenas o português formal no Brasil, e que acaba apagando as maiorias ditas minorias linguísticas como os indígenas e imigrantes, desta maneira tornam-se invisíveis as variações linguísticas regionais, sendo negadas, desprestigiadas ou hierarquizadas em favor de línguas elitizadas como o inglês, logo uma educação bilíngue é o caminho para tornar visíveis os subalternizados (CAVALCANTI, 1999).

teoria e na prática para uma educação antirracista e decolonial[8].

2.2 As aulas de História: um espaço de conversa sobre quilombismo e resistência negra para além da escravidão.

Dada a necessidade de compreender a formação das relações sociais no Brasil, desencadeou-se um choque cultural de diferentes povos que habitavam o território brasileiro, passamos a dialogar sobre conceitos atrelados aos negros e a consequente inferiorização racial[9] imposta a eles a partir de uma visão eurocêntrica e colonial de sua subjugação. O ensino de História da África e dos afrodescendentes retroalimentam uma nova forma de olhar o continente africano e sua relação com o Brasil (MOORE, 2013, p. 296).

O racismo denota a representação da ideia social da superioridade de uma raça sobre outra, ele reproduz esse pressuposto no âmbito da intelectualidade, economia e sociedade, ele inferioriza o povo negro subjugando suas capacidades, atrelando isso a fatores biológicos, o que justificaria para os racistas que a característica física da cor está atrelada ao fator social.

Segundo Andrade (2019, p. 18)

> o racismo "à brasileira" como um conjunto de ideias elaboradas por um grupo que se considera superior aos demais e que expressa essa "diferença superior" de diferentes formas, com reflexos nas relações e estruturas de poder político, econômico e sociocultural. É uma elaboração histórico-cultural que foi escolhendo novos matizes e realizando adaptações a cada vez que suas antigas estratégias vão sendo explicitadas ou combatidas, se metamorfoseando em novas formas de dominação e subalternização, tal e qual a besta mitológica hidra. Especificamente no Brasil, tal ideologia tem assumido diferentes formas, desde o paternalismo, passando pela ideia de mestiçagem, seguindo pela falsa impressão de igualdade e desembocando nas "piadas" de preto, mas sempre mantendo o conteúdo segregador e hierarquizante.

O autor compreende que no Brasil sua estruturação, desde a gênese do país, no período colonial, pode nos fazer entender como a mesma conseguiu perpetuar ideologicamente nos meio socioeconômico, cultural e intelectual, já que tal qual a hidra, se reinventa e multiplica a partir de diferentes meios, mas sempre mantendo o caráter de superioridade, a exemplo disso temos a xenofobia que é o preconceito as pessoas de uma região e suas características físicas e sociais, subalternizando estes a partir de

---

[8] Entendemos como decolonial, o pensamento a partir da produção intelectual do sul, ou da américa latina, nela vale-se do que os intelectuais pensam a partir do contexto da nossa região latina.

[9] A inferiorização a que este trabalho se refere, está atrelada ao entendimento da ideia de superioridade racial que pessoas brancas tem de si mesmas, não permitindo um caminhar equânime na sociedade.

> um determinado padrão cultural ou "civilizatório" massificado junto ao senso comum, através do uso indiscriminado de estereótipos e preconceitos de cunho racial, sempre com o objetivo de subalternizar ou desmerecer um determinado grupo ou comunidade, garantindo ou facilitando a dominação sobre ele. (ANDRADE, 2019, p. 18)

O padrão seria o Norte o norte global, associado a cor branca, e entendido como superior, sendo assim tudo e todos que fogem a este padrão de branquitude é inferiorizado, desprestigiado e invisibilizado a partir dos seus graus de tonalidade de pele. Logo, o povo africano negro, seria detentor de tal característica e, consequentemente, retirado de sua humanidade, pondo-o como animal selvagem e justificando sua escravização, não é visto como humano, e assim não possui o "status civilizatório" (idem, 2019, p. 21).

Essa civilização que passava por mudanças com o surgimento da república, via a necessidade de ser associada à modernidade, à civilização e um projeto de branqueamento da população se via necessário já que saíam do cativeiro negros escravizados, daí as elites investiam nesse projeto, e a conformação disso se via materializada na invisibilização, repressão e exclusão dos negros, já que a pureza desse país está vinculada a uma dissociação das raízes negras e, sobretudo, indígenas (ANDRADE, 2019).

Segundo Ferreira (2018, p. 3), sobre a sociedade paulista do século XX, "o processo de imigração fez inchar a cidade de italianos, espanhóis e outros povos que vinham ocupar os trabalhos estratégicos na cidade, além de se colocarem nas regiões periféricas do centro, na região da Liberdade, Barra Funda e Bela Vista".

Segundo Alberti (2013), ao trabalhar com questões sensíveis, sugere a utilização do Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, que mostra como a então república dos "Estados Unidos do Brazil" impedia em documento oficial a entrada de imigrantes da Ásia e da África, mostrando o racismo institucional do estado brasileiro contra povos originários. Ele determina em seu Art. 1°

> É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

A utilização deste artigo referente à legislação da época, nos permite pensar a questão do racismo desferido aos africanos e asiáticos que desceram nos portos brasileiros, sendo repreendidos a não descerem, logo o apagamento social do referido povo constitui parte da formação territorial da nação, para além disso faz-se pensar o modo como as culturas de cada

região do estado brasileiro está disposto no tempo e espaço na atualidade e tem suas bases, sejam negras, brancas ou europeias, parte da formação de nosso povo.

Os apagamentos da sociedade negra, no século XX, após a abolição da escravidão, eram um projeto político e social de modernizar e tornar possível pensar a inserção do Brasil dentro do contexto econômico mundial, visto que essa noção de progresso sempre esteve/está associada ao norte global, à Europa. Essa visão europeizada e de branqueamento da população urbana, acabou por convidar, oculta e coercitivamente, a população negra a se integrar mais ainda a trabalhos braçais e informais e se alocar nas zonas periféricas (FERREIRA, 2018).

> Esse projeto de eliminação do negro da sociedade brasileira não se realizava apenas na segregação espacial, como ocorrido com a reforma Pereira Passos, no início do século XX, nem através da intensa repressão policial e judiciária, apoiada na criminologia baiana de Nina Rodrigues, mas houve também um processo de criminalização, silenciamento e desqualificação a todas as formas de expressão identificadas com a população africana, afinal era urgente embranquecer física e culturalmente (ANDRADE, 2019, p. 26)

Deste modo, pensar o racismo é compreender que este é histórico e responsável por (re) afirmar constantemente a diferença entre as pessoas através da racialização desse campo conflitivo que são as relações interpessoais. Compreendê-lo é entender também, que sua reafirmação depende dos "aparelhos ideológicos do estado" que ensinam desde a gênese da formação do cidadão tal diferenciação entre as pessoas, seja nas atitudes, quando o menino tem de sair com o documento para a rua, tem as vestimentas certas, no discurso quando se reproduz quais os comportamentos e atitudes que ele/ela devem ter para não serem marginalizados a partir do perfil estereotipado da polícia e no imaginário quando tem-se uma associação entre o negro e preconceitos negativos.

Vale questionar também se seria a escola aparelhada com os instrumentos da educação uma perpetuadora do racismo e atitudes preconceituosas, e assim do mito da democracia racial, já que pessoas nutridas de preconceitos quando ocupantes de uma posição em que o sujeito violentado psicologicamente não consegue se defender, podem trazer sérios prejuízos para o seu desenvolvimento. Já que "esse projeto, sem dúvidas exitoso, atingiu profundamente o imaginário social, a política, a produção acadêmica, cultural fazendo-se presente também na educação e nos currículos escolares" (ANDRADE, 2019, p. 28).

Segundo Gomes (2013), acerca da resistência cheia de significados pelos movimentos sociais no trato da questão do negro pela sociedade brasileira, nota certa peculiaridade, e corrobora com a visão negativa da inserção do mito da democracia racial, dizendo que

> A crença apriorística de que a sociedade brasileira é o exemplo de democracia e inclusão racial e cultural faz com que a demanda do trato pedagógico e político da questão racial seja vista com desconfiança pelos brasileiros e brasileiras, de maneira geral, e por muitos educadores, educadoras e formadores de políticas educacionais, de forma particular (idem, p.69-70).

Acreditar na existência e convívio pacífico entre a comunidade afro-brasileira e branca na sociedade brasileira, invisibiliza os sujeitos e inviabiliza ações que auxiliem no trato com essas questões. Isso pode transparecer quando a própria pessoa negra acredita não haver tal diferenciação no tratamento das relações sociais, pois sempre às rebateu à sua maneira ou não se importa, de certa maneira, já que o próprio sistema reprime somente aqueles que não se comportam conforme a cultura padrão.

O mito da democracia racial, é uma construção ideológico social que pressupõe o harmonioso e positivo convívio do "paraíso das raças" que formam a sociedade brasileira, ela valida e legitima a ideia da miscigenação, incorporando e socializando o negro e o indígena ao criar uma identidade nacional padronizada (ANDRADE, 2019).

O Parecer CNE CP n° 03/2004, já reconhecia a oportunidade que a lei trouxe ao propor a desconstrução do mito da democracia racial que reconhece as históricas desigualdades, reconhecendo que na sua difusão está a crença da possibilidade da pessoa afrodescendente alcançar os mesmos patamares que pessoas brancas apenas com o esforço e empenho próprio e o não alcance dos seus objetivos é pela falta de interesse e competência, configurando a dita meritocracia.

Corroborando com o objetivo dessa discussão, a artigo de FERREIRA (2018) sobre o samba-enredo do Nenê de Vila Matilde[10], vislumbra o viés dos bailes negros que seu Nenê frequentava como um lócus de resistência e cultura negra, um local de encontro da sociedade negra paulistana que fugia da opressão racista dos barões do café, devido os contrastes e apagamentos históricos da sociedade negra no século XX. Segundo ele, mesmo com a ocupação negra nas zonas periféricas, a comunidade negra marginalizada encontrou meios de se inserir na retórica da cidade e, em festividades religiosas, manifestar e integrar a cultura e arte negras, na "lógica de uma cidade racista e higienista" (p. 3).

---

[10] A Nenê foi fundada no bairro da Vila Matilde, na Zona Leste de São Paulo, em uma formação social de maioria preta. A Nenê dentro da sua retórica de caminhada ao longo de sua formação seguiu uma defesa pela presença constante da afirmação positiva do negro dentro da sociedade, acima disso, a escola tem como sua premissa em seus 22 desfiles negros uma valorização da cultura negra assumindo sempre uma visualidade de positividade, se denominando o Quilombo do Samba (FERREIRA, 2018, p. 2).

> Como Certeau (1994) coloca sobre quem é marginalizado, como um novo discurso ideológico, em que se formam, estilos dentro destas trocas sociais "de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do "dom" (de generosidade como revanche), uma estética de "golpes" (de operação de artistas) e uma ética de tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto da lei, de sentido ou fatalidade)" (CERTEAU, 1994, p. 89 apud FERREIRA, 2018, p. 04).

O Movimento Negro, em meados dos anos 60 e 70, não via uma aproximação ao discurso da comunidade negra, não significa que ambos eram distintos, mas encontravam formas de reexistir distintas, numa conjuntura política e a outra cultural, e é no final do regime da ditadura que a questão cultural se entrelaça com a política e permite entender o confronto racial existente no Brasil (FERREIRA, 2018).

Essa luta encontra, já no século XX na década de 1990, um movimento que buscava denunciar o mito da democracia racial, e que após anos de luta e resistência, tem a promulgação da Lei 10.639/2003 que, dentro de um conjunto de políticas de ação afirmativa de reparação histórica com a sociedade negra procurava retirar o caráter supremacista racial[11] de brancos sobre negros e permitir o acesso e representação negra nos espaços historicamente ocupados majoritariamente por pessoas brancas (ANDRADE, 2019).

Segundo o Parecer CNE n° 03/2004 da Lei 10.639/2003, tais ações são entendidas como parte de um conjunto de

> Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2004)

O anseio da população negra à época, estava em serem inseridos num contexto de educação formal, já que os mesmos só a tinham por meio dos jesuítas ou quando seus senhores permitiam ter um nível básico de instrução para a catequização de seus filhos e cuidados básicos de outrem, mas nunca um nível médio ou superior e quando as tinha eram sob altos custos. O acesso à educação e sua escolarização, permitiria se inserir na sociedade

[11]A ideia de democracia racial perpetua-se na sociedade, acreditando ser possível que, através da meritocracia, todos alcançarão uma melhor qualidade de vida através do esforço individual, porém não desmistificar a existência do convívio pacífico entre todos é ser relutante à necessidade de existirem políticas que reparem tal disparidade. A lei de cotas, Lei n° 12.711/2012 regulamentada pelas condições gerais do Decreto n°7.824/2012, no Brasil é bom exemplo, pois é uma política que determina a reserva de vagas para pessoas que se encaixam no perfil das cotas raciais, de renda e de escolas públicas, mais do que uma conquista para o povo negro é também uma reflexão acerca do ódio das classes aos mais pobres, por terem parte dos "seus lugares" resguardados àqueles que historicamente viam-se marginalizados aos espaços das universidades, instituições públicas e privadas e, assim, tiveram suas vozes ouvidas.

para o exercício da cidadania, já que desde os tempos que viviam no cativeiro pensavam na liberdade e entendiam que somente a educação poderia lhes libertar, emancipar e assegurar que não seriam subjugados à condição de escravizado, porém os desafios e a histórica exclusão e abandono que passaram deram outros rumos as suas vidas (ANDRADE, 2019).

A exemplo tem-se a Lei do Ventre Livre de 1871, que dizia que os filhos dos escravizados nasceriam livres, a sociedade até permitiu que, através do ensino noturno, negros livres poderiam ter acesso a educação, mas o alvoço criado pela possível emancipação, gerou receio na sociedade escravocrata que temia questionamentos.

O analfabetismo era comum na época, incorrendo na inferior ocupação no mercado de trabalho e baixos salários. Quando havia escolarização era tardiamente, em idade adulta, sendo incentivados, e ao que parece já se configurava a dívida histórica com os adultos que não podiam estudar no tempo certo, que é parte do que postula a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96, em Art. 4° quando se refere ao dever do Estado com a educação escolar pública quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA)

> IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
> VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

No decorrer do século XX, as movimentações de grupos sociais que reivindicavam o acesso e promoção da educação para o povo negro foi pertinente, teve seus altos e baixos com o período do regime ditatorial, mas reencontrou forças e a fundação de grupos de estudo e projetos, a partir da união de entidades negras e secretarias de educação, permitiu que o debate se espalhasse no meio acadêmico e em diversos estados (ANDRADE, 2019), tão logo veria-se uma lei que assegurasse a educação a todo cidadão brasileiro.

As Organizações não-governamentais (ONG 's) cumpriram importante papel no desenvolvimento de uma educação não-formal, com o uso da música ou do esporte, e que por meio das associações culturais como o Grêmio Recreativo Escola de Samba (G. R. E. S.) que permitisse a pretendida reparação histórica promovendo a auto estima de crianças e jovens negros por meio de práticas socio comunitárias como no Projeto Olímpico desenvolvido pela Estação Primeira de Mangueira com a comunidade e blocos baianos Ilê Aiyê, Arakatu e Olodum[12].

---

[12] O grupo Olodum (palavra de origem Yorubá que no candomblé significa Deus dos Deuses Olodumaré, é a representação do Deus criador do Universo), foi criado em 1979 em Salvador-BA, foi tombado pela ONU como

A Lei n° 10.639/2003 sancionada no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos da educação básica e, com a proposta das diretrizes do parecer CNE/CP n° 03/2004, notou-se um alinhamento mais conciso dos anseios dos movimentos sociais com os documentos oficiais, que procuravam inserir e assegurar a permanência da cultura africana e afro-brasileira no cenário nacional, por meio da sua promoção no meio educacional e valorização daqueles que com ela se identificarem. Tal política de reparação, procura o

> Reconhecimento [que] implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros (BRASIL, 2004).

Com tal reconhecimento, deixa-se de invisibilizar o negro perante a sociedade, reconhece-se as injustiças que sofreram e sofrem, e propõe a desconstrução do mito da democracia racial, permitindo assim as manifestações de ancestralidade africana sob a égide da modernidade na retórica da cidade.

Esse novo espaço para discussão trouxe à tona a necessidade de perceber as desigualdades nas relações étnico-raciais, as demandas político educacionais e suas estratégias didático-pedagógicas, pois antes de sua contemplação, existia um espaço a ser preenchido pela história estruturante deste povo.

A implementação da Lei 10.639/03 e de suas diretrizes curriculares nacionais vieram contribuir com a luta antirracista dos movimentos sociais negros, que procuram a superação do racismo na sociedade, e na educação escolar, já que estes partilham da concepção da escola como ator da construção positiva das representações afro-brasileiras e do respeito à diversidade (GOMES, 2013). Estes "acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação antirracista" (idem, 2013, p. 69).

Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Bahia. Segundo o site da Fundação Palmares, em alusão aos 40 anos de sua existência em 2020 que, "O bloco vem se desenvolvendo, ao longo dos anos, com ações afirmativas na cidade de Salvador. A sua sede, *A casa do Olodum,* é um espaço que visa combater a discriminação social e racial, estimular a auto-estima e o orgulho dos afro-brasileiros, disseminar a cultura e assegurar os direitos civis e humanos das pessoas marginalizadas na Bahia e no Brasil".

Apesar das críticas mal fundamentadas acerca da lei, que uns interpretando-a como um "autoritarismo do Estado e, outros, de racismo às avessas" (idem), e pensando-a de maneira precipitada e preconceituosa, a lei mostra sua face positiva ao trazer o diálogo para cenário nacional, ao invés dos espaços das secretarias de educação, fóruns de militância negra e dos pesquisadores interessados na temática (GOMES, 2013).

Dada a necessidade de discutir a referida lei, pode-se notar que seus limites e potencialidades, geraram implicações na formação de professores, o que possivelmente gerou e gera discussões acerca da inclusão da referida temática, na organização curricular das escolas e projeto político pedagógicos de cursos de formação de professores, mesmo que o interesse pela temática ainda possam se mostrar incipientes haja vista as atribuições dos cursos superiores e das escolas na formação cidadã.

A diversidade, nesse caso, representativa do povo de cultura afrodescente, procura por meio da reflexão da questão racial, questionar a necessidade de uma educação antirracista que procure supera-lo na construção da cidadania democrática de todos. Segundo Gomes, "em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, não podemos mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais" (2013, p.70).

A formação plural e desigual do Brasil, exige a existência de ações que reparem e pensem nos diferentes, naqueles marginalizados e excluídos da cidadania, dando outros contornos na construção da diversidade, haja visto seu processo histórico. "Nesse sentido, é preciso compreender os processos históricos e culturais singulares vividos por esses grupos no contexto das desigualdades e como esses nem sempre são considerados quando lutamos pela construção da democracia" (idem), já que " muitas vezes, o caráter universal e abstrato do discurso em prol de uma *democracia para todos* acaba uniformizando e homogeneizando trajetórias, culturas, valores e povos" (idem).

A questão da diversidade infere na construção da branquitude no caso brasileiro, que é pouco discutida nos meios social e escolar já que esta é uma dimensão subjetiva das relações de poder e raciais pois, o que no Brasil pode ser considerado como pessoa de cor branca, em outros países da América do Norte, Ásia ou Europa será considerado como latino (negros indígenas, mestiços) não apenas pela coloração ou tom da sua pele, mas da formação do seu lugar de origem.

Segundo Bento (2002 apud GOMES, 2013), a branquitude é a produção da identidade racial no espaço-tempo de um postulado que se permitiu fortalecer simbolicamente, a

apropriação à cultura branca em relação as outras a partir da legitimação da supremacia branca que “fortalece a autoestima e o autoconceito” (p. 73) deste grupo, em contrapartida ao constructo de um imaginário negativo sobre o negro “que solapa a identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e ainda justifica as desigualdades raciais” (p. 73).

Bento (2002 apud GOMES, 2013), afirma que o privilégio da brancura extrapola os limites da classe social, de modo que para desqualificá-lo atenta-se apenas ao quesito da classe social desatrelado da raça ou cor, pois acreditam ser a classe detentora do status de construtora das desigualdades.

A redução das desigualdades é uma necessidade percebida pelas diferentes esferas da sociedade que, acreditando estar raça e gênero atrelados, solicitam uma mudança na percepção da situação tal qual está posta, dado que a cor da pele tem sua influência em: visto que 86% da influência numa abordagem policial; 75% que a cor influencia na contratação por empresas; 59% que negros recebem menos agravado pelos 69% do gênero, ou seja, ser mulher agrava a situação da renda e 87% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres (OXFAM, 2022).

Visto isso, o Estado é, em parte ou integralmente, seja no discurso e na prática, responsável pela redução da desigualdade no cenário brasileiro ao passo de políticas afirmativas reparadoras, de igualdade nas condições de vida, e deste modo, de uma cultura antirracista.

Para além das obrigações do Estado, cabe a escola também ser uma redutora, não apaziguadora, das desigualdades sociais vividas por pessoas negras visto que, ainda persiste uma visão eurocêntrica no ensino escolar, que não se permite o acréscimo da grande história, ficando a par apenas da pequena história, tomando-se apenas de uma perspectiva, uma história, um autor para a compreensão do todo, e isso gera os pagamentos históricos que impedem uma visão de resistência e a apropriação no imaginário infanto-juvenil de um negro escravo e não escravizado (GOMES et. al., 2021).

A exemplo disso, e para não reproduzir uma ótica de apagamentos na historiografia nacional, a identidade nacional referente a presença na história dos povos indígenas aparece apenas como flashes e em momentos específicos e pontuais, selecionando apenas o que convém a sua aparição, já que não se pretende tirar o foco da colonização, ou seja, da pequena história eurocêntrica definida a partir da colonialidade do poder para justificar a escravidão (GOMES et. al., 2021).

A partir disso, nota-se que sua (re) existência no tempo-espaço não é levada em consideração, perpetuando visão do progresso, do domínio, da colonização na América Latina, sem pensar em como sobreviveram ao processo de colonização europeia.

Essa visão pode se perpetuar no ambiente escolar por meio do material didático empregado em sala de aula, que na sua utilização, aborda ou não a representatividade étnico-racial no livro didático tendo seu significado na forma como são vistos pela sociedade, assim como a sua disposição quanti-qualitativamente neste desencadeia questionamentos sobre a relevância de tal temática quando bem abordada.

Na formação inicial de professores refletirá na didática empregada em sala de aula já que o professor conseguirá deter saberes que o farão propor outras formas de abordar temas sensíveis, não os diminuindo quanto aos seus impactos na sociedade negra e indígena, mas relevando de uma maneira que demonstre que outras sociedades os realizavam contra pessoas brancas, como por exemplo a escravidão e os castigos físicos.

Segundo Alberti (2013), quando uma criança que se identifica e é identificada como branca se acha no direito de discriminar outra que se identifica e é identificada como negra pela sua origem, raça ou cor, essa criança necessita de ajuda tanto quanto a outra de um ensino que se proponha antirracista.

Já que em nosso país existe historicamente uma grande diferença entre o negro real e o negro legal (ALBERTI, 2013), o real seriam as pessoas mortas em operações policiais em invasões à comunidades do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como nas abordagens policiais, na desigualdade da população carcerária, do acesso ao mundo do trabalho, a exemplo temos o caso George Floyd[13] de violência na abordagem policial, o caso do menino Miguel[14] de negligência de uma patroa branca sob o filho negro de sua empregada incorrendo em abandono de incapaz, essas ações de violência e negação da importância das pessoas como eles e nós inspiram movimentos sociais nacionais como o Vidas Negras[15] pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil, e internacionais como Black Lives Matter (Vidas Negras Importam)[16], o negro legal é aquele que se aproxima do que é ser branco.

Com o objetivo de trazer à tona a discussão e objetivos deste trabalho, que se pretende a analisar o samba-enredo da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti intitulado “Meu Deus, meu Deus está extinta a escravidão?”, apresenta-se a seguir as temáticas depreendidas a partir da

---

[13] https://g1.globo.com
[14] https://g1.globo.com
[15] http://vidasnegras.nacoesunidas.org/
[16] https://blacklivesmatter.com/

visualização online do desfile da escola de samba, a presente distribuição propõe perceber como os setores, suas alas e alegorias dialogam com o samba-enredo e com a historiografia e realidade presentes na sociedade brasileira.

Tabela 01 - REPRESENTAÇÃO DO DESFILE DA PARAÍSO DO TUIUTI 2018

TEMA	ONDE SE VÊ	REPRESENTAÇÃO
Quilombismo e resistência	SETOR 01: **MEU PARAÍSO É MEU BASTIÃO** Alegoria: Quilombo Tuiuti. Ala: Sentinelas da Libertação; Quilombolas Tuiuti; Sabedoria Quilombola.	O Quilombo como local de resistência, religiosidade, cultura, capoeira, diáspora africana. Velha-guarda e suas experiências negras na sociedade. A escola de samba Paraíso do Tuiuti como bastião de orgulho e identidade para a comunidade.
Escravidão	SETOR 02: **POBRE ARTIGO DE MERCADO** Alegoria: O Mercado de Gente Ala: Corveia Egípcia; Cativo Babilônico; Serviçal Grego; Gladiador Romano; Escravos Eslavos; Escravo Árabe.	As várias facetas da escravidão representada na diversidade de povos escravizados historicamente. A escravidão como: escravos mercadoria/trabalhadores livres através do trabalho remunerado compulsório na corveia, as classes de escravos na Babilônia existindo até escravos de escravos, espólios de guerra e quitação de dívida na Grécia e Roma, os eslavos sendo escravizados pelos gregos, romanos e germânicos, e os Árabes forçados a escravidão pelo mercado muçulmano de tráfico escravagista.
Expansão escravagista	SETOR 03: **FALTA EM SEU PEITO UM CORAÇÃO AO ME DAR A ESCRAVIDÃO** Alegoria: Tumbeiro Ala: Pirata Árabe; África e Europa; Ouro, Marfins e pele.	Invasão em navios para a escravização da tripulação e a expansão marítima europeia pela costa africana para dar-se início ao período escravagista, após a exploração mercantil de especiarias do continente africano.
África	Ala: Riqueza africana; Guerreiros; Aprisionados.	Ouro e pele como riqueza e poder dos reinos africanos, os guerreiros fortalecidos de poder bélico a partir da negociação armamentista com europeus para a luta com adversários.
Escravidão à brasileira	SETOR 04: **SOFRI NOS BRAÇOS DE UM CAPATAZ** Alegoria: Ouro Negro Ala: Escravos nos Canaviais; Escravos nos Cafezais; escravos e Escravas do Ouro Barroco; Escravos com Ouro e Diamantes; Escravos na faiscação, Escravos nas minas; Escravos de Ganho; Feitores. Musa: Espírito Quilombola	Os escravizados africanos eram subjugados para o uso da mão-de-obra na colheita da cana-de-açúcar e, posteriormente, foram utilizados na cafeicultura esses escravos vindos de engenhos de açúcar no Nordeste; a catequização católica a partir do período artístico do Barroco brasileiro; o conhecimento de negros africanos da Costa da Mina sendo utilizado na faiscação de minerais como ouro e diamantes nas minas de Minas Gerais; os Feitores mestiços (representados pela Bateria do Paraíso do Tuiuti ou SuperSom da Tuiuti) como os repressores das fazendas contra as fugas e as más condutas carregando o peso de sua cor.
Religiosidade Afro-brasileira	Ala: Festejo dos Padroeiros	A religiosidade faz parte da vida da sociedade afro-brasileira desde o período escravista no que tange a sua salvação perante Deus pelos Jesuítas, sua alfabetização e o acesso ao mundo das letras para inserção na sociedade à época. Eles, a partir do sincretismo religioso, o culto católico aos orixás e aos santos da igreja católica, se (re) conheceram na mescla dos santos à que cultuavam.

Abolicionismo	SETOR 05: **UM RITO, UMA LUTA, UM HOMEM DE COR** Tripé: Lei Áurea Ala: Abolicionistas; O Homem de Cor; As Camélias do Leblon; Damas de Ferro; Musa: Rosa de Ouro.	A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França e ilustres nomes do abolicionismo brasileiro resistindo a sua maneira, seja na burocracia, na literatura ou desbravando os mares (Dragão do Mar); O homem de Cor primeiro jornal escrito sob pseudônimos criticando e reivindicando a libertação da escravidão; Recebia negros fugidos numa chácara no Leblon, e as Camélias lá colhidas eram um símbolo de protesto pela libertação; pressão do Imperialismo inglês, a partir da revolução industrial, com a abolição da escravidão em detrimento do trabalho assalariado, visando o lucro com a maquinofatura; a Princesa Isabel recebe a Rosa de Ouro do Vaticano, "mérito da bondade" reivindicada por negros e abolicionistas;
(Re) descrevendo a escravidão no século XXI	SETOR 06: **CATIVEIRO SOCIAL** Alegoria: Neo-Tumbeiro Ala: Cativeiro Social; Trabalho Escravo Rural; Trabalho Informal; Guerreiro da CLT; Manifestoches Musa: Trabalhadores do Brasil	A escravidão é redesenhada a partir de outros moldes, ganha o nome de CLT dando ao trabalhador pouco pela sua mão-de-obra em relação a sua produção; há uma subdivisão do trabalho porém o trabalhador exerce múltiplas funções sob a pressão da substituição; a informalidade é subproduto do avanço tecnológico, baixa qualificação e desemprego, sem direitos sobrevivem com pouco; sob uma "síndrome de Estocolmo", os patos manipulados pelas elites aceitam e perpetuam a situação de subjugados, sob a premissa da devoção política e empresarial do poder das elites.

Fonte: autor (2022).

O trabalho em sala de aula com o samba enredo, pode ser uma excelente estratégia didático metodológica por abordar as temáticas referentes à educação para as relações étnico-raciais. Ela desmistifica o mito da democracia racial, pode ser uma forma de atrair os alunos para o debate histórico e o interesse pelas aulas de história já que o racismo, o preconceito religioso e a resistência ao trabalho com a temática ofuscam a profundidade deste debate pelo medo fundado no preconceito de conhecer outras realidades, outros saberes, outras histórias que não a história oficial do Estado.

Outras estratégias para a valorização da arte e cultura afrodescendente, que cabem ser lembradas, mesmo sendo foco deste trabalho o uso do samba enredo, temos o trabalho com: as bonecas abayomi; a elaboração e construção com significado das máscaras africanas; o uso da capoeira como expressão da cultura popular como arte marcial, esporte, dança e música; o uso da letra do samba enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti, para análise dos significados que os versos possuem na construção do desfile.

Portanto, a utilização dos temas que tem por base o período da escravidão contra africanos e o desencadear histórico e social que lhes causou, podem se fazer como questões norteadoras para um olhar diferenciado acerca dos currículos formais, que em demasia se prestam a uma maior dedicação as disciplinas preparatórias, deixando a responsabilidade para

a história e arte o debate étnico-racial. Pensá-lo pode fazer-nos lembrar a resistência negra empreendida a toda e qualquer forma de subjugação.

3 "NÃO SOU ESCRAVO DE NENHUM SENHOR, MEU PARAÍSO É MEU BASTIÃO": O USO DE SAMBA-ENREDO EM SALA DE AULA

O objetivo desta seção é discutir os caminhos trilhados pela sociedade brasileira durante o período da escravidão tendo como foco a Lei Áurea que aboliu permanentemente a escravidão e, que conforme os anos se passavam mostrou que a liberdade era direito irredutível dos afro-brasileiros escravizados que por gerações depositaram suas raízes neste país.

O percurso trilhado no campo jurídico entre os séculos XIX e XX, foi de mudanças empreendidas pelo Estado no que se refere a proibição do tráfico transatlântico de africanos e a abolição da escravidão, sendo que nem sempre uma derivou a outra.

Pretende-se ainda analisar o desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti e todas as suas nuances no que tange a implementação da Lei n° 10.639/2003, e todas as temáticas abordadas nas alas que desfilaram pela Sapucaí.

3.1 2018, 130 anos de assinatura da Lei Áurea: está extinta a escravidão brasileira?

No Estado brasileiro, a primeira lei referente à proibição do tráfico transatlântico foi a Lei Feijó[17] que prometia duras penas aos "importadores" (interpretação errônea) de escravos, de modo que seu objetivo era apenas de abolir o tráfico de pessoas vindas da África, e em sua interpretação aqueles que fossem resgatados pela coroa portuguesa à época deveriam prestar 14 anos de serviços para o Estado como retribuição pelo reconhecimento da sua libertação, Além disso os Africanos-livres[18] acabaram sendo reduzidos à escravidão ilegalmente, visto que sua liberdade e reconhecimento como cidadãos de fato estava condicionada a quitação dos "débitos" com sua liberdade (NUNES, 2018).

A Lei Feijó, e consequetemente a Coroa Portuguesa e o Estado brasileiro, se eximiam da responsabilidade da abolição da escravidão neste ou noutros territórios, mesmo querendo arrogar pra si a responsabilidade das águas internacionais aonde quer que seus canhões

[17] A começar pela Lei de 7 de novembro de 1831, a Lei Feijó. cujo preâmbulo 'Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos'. Esta lei ficou mais conhecida como 'Lei para inglês ver', pois na prática seus efeitos possuíam uma dupla invalidade: a primeira fática – era muito elevada a desobediência dos traficantes e senhores de escravos no Brasil; a segunda finalística – haja a vista que os escravos capturados na África, então livres pela força desta lei, deveriam ficar sob 'tutela' do Estado pelo período de 14 anos como compensação por sua libertação (NUNES, 2018, p. 67-68).

[18] Os Africanos-Livres são aqueles que possuem liberdade originária, do contrário à condição de libertos (NUNES, 2018).

alcançassem bem como o fazia a coroa inglesa. Deste modo aqueles que viessem em embarcações na condição de escravidão e seu país de origem fosse escravocrata, poderiam assim permacê-lo desde que não descessem da embarcação, e se descessem fugidos ou não seriam "exportados" (vulgo deportados) para seu país, logo a condição de humanidade é reduzida a mera mercadoria, e como mercadoria poderia ser descartada caso as "provisões" não suprissem a necessidade da "carga", uma péssima perspectiva frente a um problema ainda maior, bem como sua condição de Africano-livre neste território não ser válida, fortalecendo assim as teorias do branqueamento, ao apagar a possibilidade de haver uma sociedade com negros livres (NUNES, 2018).

A Lei Eusébio de Queiroz, Lei n° 581 de, 4 de setembro de 1850, ou "Lei da Salvação", veio dar reforço à referida Lei ao dar severas punições a todos àqueles interessados na "importação" ilegal de escravos, declarando a "boa presa" (embarcações piratas com escravos, bandeiras alusivas à escravidão, ou flagrantes de tentativa de se livrar das punições jogando-os ao mar) os navios negreiros, como sendo aqueles pegos tendo atitudes e postura tipificadas na tentativa de importação ilegal de escravos. A referida lei enquadra esse crime como análogo a pirataria e, os piratas tendo sua "carga apreendida", seriam pagas indenizações por cada africano apreendido aos denunciantes pelo Estado e estes seriam "reexportados" para seus portos de origem ou para onde fosse conveniente à coroa, enquanto não acontecesse ficariam sob a tutela do Estado, sendo empregados apenas no serviço público, jamais a particulares, concedendo-lhes emancipação de quaisquer trabalhos compulsórios (NUNES, 2018).

O primeiro passo rumo ao abolicionismo, foram as medidas tomadas por países escravocratas como Estados Unidos, e da América Latina, livrando os ventres das matriarcas escravizadas e dando liberdade aos seus bebês. A medida tomada tardiamente pela bancada escravagista brasileira ligada "A Lavoura" (atualmente agronegócio), foi uma forma de seguir a curtos passos o que outros países já haviam feito até findar por total a escravidão, bem como as indenizações pagas aos donos de escravos devido sua libertação.

A Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871, ou Lei do Ventre Livre, que estabelece pontos referentes aos nascidos de mães em situação de escravidão, a responsabilidade pela sua criação e tutela até a maioridade, um fundo público financeiro para a libertação de escravos para compra de alforrias pelo Estado, pelos (ex) escravos e por terceiros, assim como uma loteria esporádica para tal libertação dos escravos com a compra de sua alforria pelos Estado, e sua matrícula perante o Estado (NUNES, 2018).

Cabe lembrar que os filhos dos ventres livres das escravas, denominados “ingênuos” jurídica e intencionalmente por sua condição, eram livres pela situação de seu nascimento porém ainda vistos como potenciais escravos e sendo assim era amparado por lei que o (ex) senhor de escravos deveria ser indenizado por essa perda em potencial, seja por meio do uso da sua mão de obra para custeá-lo até maioridade (21 anos), seja por uma quantia em dinheiro para sua libertação e assim indo para tutela do Estado, causando redundância na condição de liberdade inata ao seu nascimento do ventre livre por força da lei (NUNES, 2018).

Havia ainda os prejuízos psicológicos àqueles que permaneciam sob a tutela de seus senhores até a maioridade na condição de escravos, e que por não serem um “benefício permanente ao seu senhor” não receberia tratamento digno a uma internalização de cidadão partícipe da sociedade.

A referida lei ainda regulamenta o destino dado aos escravos abandonados por invalidez por seus senhores devendo mantê-los, salvo em caso de pobreza extrema dos (ex) senhores; a vadiagem não era permitida, logo o direito à liberdade era condicionado a uma ocupação seja em cargo público ou privado, já que o estado não teria a quem reclamar as indenizações concedidas aos senhores, além de uma redução nos processos burocráticos para a liberdade dos escravos; o artigo 8º[19] desta lei dá o tom da Lei dos Sexagenários, quando exige uma matrícula dos escravos para fins estatísticos, porém seus interesses eram também econômicos legitimando as indenizações aos senhores de escravos, evitando duplicidade de pagamentos para um mesmo escravo, pagamento sobre escravos livres e já falecidos.

A segunda lei abolicionista a ser sancionada foi a Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, amparada no 8º artigo da Lei do Ventre Livre, contempla em seu art. 1º[20] as disposições acerca do conteúdo da matrícula, mesmo com este nome a lei não assegura a liberdade mas, a gradual extinção da escravidão com a libertação dos escravos a partir de valores diretamente ligados à idade do escravo quando da sua nova matrícula, onde novos abaixo dos 30 anos teriam valores mais altos (900$000 contos de réis) ao passo que os velhos entre 55 e 60 anos (200$000 contos de réis), e as mulheres teriam abatidos 25% do valor em relação aos homens, mostrando assim a fragilidade em relação ao trabalho braçal e àqueles acima de 60 a 65 anos estavam isentos do ressacimento de sua

---

[19] Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida (NUNES, 2018, p. 88)

[20] Art. 1º Proceder-se-ha em todo o Imperio a nova matricula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, idade e valor, calculado conforme a tabella do § 3º (NUNES, 2018, p. 90)

liberdade ao Estado, bem como os senhores que libertassem os escravos a título gratuito estariam perdoados de quaisquer dívidas.

Ao que parece, o Estado brasileiro, tem o histórico de assegurar às elites os seus direitos ao passo das mudanças para a população em geral, dando-lhes garantias que as reformas não impactarão no seu estilo de vida.

A Lei Áurea, Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, última lei abolicionista enfim, em seu preâmbulo do art. 1º "É declarada extincta desde a data desta lei a escravidão no Brazil" (BRASIL, 1888), e no art. 2º "Revogam-se as disposições em contrário" (idem).

A lei foi posta assim, sem muito a acrescentar à situação na qual os (ex) escravizados viviam, e a falta de amparo à classe negra liberta e sim aos donos de terras foi o que fez a lei ser aprovada sem mais a acrescentar.

A divisão que ocorria no congresso brasileiro era de um lado abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rui barbosa, entre outros, que propunham uma reparação aos escravos com a distribuição de terras e sementes para uma possível reparação, e do outro a bancada escravagista filiada ao partido conservador e de ideário liberal, que à luz da desassistência com estes que viviam subjugados a condição de escravos, fez um acordo sem reparação aos escravos, em busca de apoio para a então proclamação da república no ano posterior (NUNES, 2018). Tão logo a liberdade viria, porém sem os meios para a construção de uma emancipação que realmente os permitisse viver libertos.

A justiça, em relação às indenizações que deveriam ser dadas aos escravocratas, tomou rumo distinto, quando na república, o então ministro da fazenda Rui Barbosa mandou incinerar os arquivos de registros de escravos feitos a partir das Leis do Ventre e dos Sexagenários anteriormente, embora pareça ter sido uma atitude de vingar os escravos, ela hoje impede o resgate da ancestralidade de famílias negras de origem africana, não permitindo a criação de uma longa árvore genealógica (NUNES, 2018).

A escravidão na historiografia nacional e internacional levou anos até sua plena abolição, ainda que houvessem opniões contrárias ao seu fim. As leis, embora quisessem findar a escravidão, atendiam aos interesses dos escravocratas, amparando-os juridicamente quanto as potenciais perdas e, negligenciando a condição servil que se encontravam os escravos. Ainda que as leis fossem promulgadas, elas não conseguiam vislumbrar o futuro incerto da situação dos escravos, já que eles foram libertos porém permaneceram às margens de uma sociedade que fortalecia as políticas de branqueamento de sua população. A extinção

da escravidão foi a custa de muita luta e resistência, concessões tiveram de ser feitas, sempre colocando a dignidade humana abaixo dos interesses neoliberais e do erário público.

3.2 O samba-enredo da Paraíso do Tuiuti (2018) como espaço de resistência

O objeto de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso é o samba enredo e sua relação com o ensino de História, pois, os sambaS afro-brasileiros podem ser instrumentos de aprendizagem escolar dentro dos ambientes não-escolares[21]. Torna-se um recurso didático interessante para trabalhar a lei 10.639/03 em sala de aula na educação básica e na universidade, pois, o discurso dentro da Paraíso do Tuiuti acompanha as manifestações ocorridas dentro do Movimento Negro, na cidade carioca. Com isso, espera-se que o uso didático do desfile possa possibilitar o tratamento diferenciado de determinado temas didáticos dentro das aulas de História do Brasil, propondo uma valorização da cultura negra e do combate ao racismo na sociedade, bem como a busca de uma intervenção intercultural e transgressão do currículo existente no interior de sala de aula, que ainda está permeada nos valores de uma determinada cultura europeia.

Nesse sentido, procura-se apresentar o ensino de história exaltando o papel da escola na reconstrução do ensino de história, de forma didática a ser ensinada para os alunos através dos desfiles da escola de samba da Paraíso do Tuiuti, pois, a música pode ser um instrumento explorando como fonte de conhecimento histórico. A aplicabilidade da lei 11.639 de 2003 pode ser visualizada na Marquês de Sapucaí. O samba enredo como música popular no ensino de História torna-se interessante para deslocar a história eurocêntrica e construir outras leituras do passado na sociedade brasileira,

> [...] aparentemente as canções poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer melhor ou revelar zonas obscuras das histórias do cotidiano dos segmentos subalternos, ou seja, a canção e a música popular poderiam ser encaradas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história de setores da sociedade pouco lembrados pela historiografia.

A marquês de Sapucaí tornou-se palco ao longo de 75 minutos a escola da Zona Norte do Rio de Janeiro, com seus participantes, a maioria pretos e pretas, colocaram dentro da escrita do cotidiano do carnaval carioca a identidade e a cultura estética do povo africano em

---

[21] Segundo Kochhann (2021, p. 12) o espaço não-escolar compreende os muros fora da escola, sendo reconhecido as Organizações Não-Governamentais (ONGS), as associações de bairro, os grupos culturais e religiosos, os Centro de Referências e Assistências Sociais (CRAS) e nos diversos espaços educativos que podem ter uma determinada intencionalidade pedagógica.

seu desfile no ano de 2018, pois, evidencia a voz do marginalizado dentro da Marquês de Sapucaí através de sua arte. O historiador Michael de Certeau (1994) destaca que as trocas sociais são "invenções e técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, um economia de "dom" (de generosidade como revanche), uma estética de golpes (de operação de artistas) e uma estética de tenacidade (mil maneiras de negar a ordem estabelecida o estatuto da lei, do sentido e da fatalidade" (CERTEAU, 1994, p. 89).

Cabe-se destacar a relação escola de samba com a cultura popular, especificamente a presença massiva de escravos libertos na cidade carioca, construindo a festa popular preparada durante o ano todo no período do carnaval que ocorre da sexta-feira até a quarta-feira de cinzas, sendo considerado o "maior espetáculo da Terra" (GALVÃO, 2009, p. 17). Assim, segundo a pesquisadora Wanilce Galvão, existe uma variedade de sujeitos que se apresentam-para a montagem desse espetáculo ao som do samba,

> Uma visão idealizante costuma pôr em cena o conjunto da população pobre e mestiça do Rio de Janeiro trabalhando o ano inteiro com dedicação integral para pagar as despesas do desfile. É o que diz o samba entre outros dedicados ao tema, que faz parte da trilha sonora do filme Orfeu Negro – versão da peça Orfeu da Conceição, de Vinícius de Moraes –, e Premiado com a Palma de Ouro do Festival de Cannes de 1959, e com o Oscar de melhor filme estrangeiro em 1960. (GALVÃO, 2009, p. 17).

Nesse sentido, existe uma estreita relação entre os escravizados libertos e a tradição popular carioca veiculada através do carnaval, pois, tem-se ao longo dos anos construído um mercado cultural bastante lucrativo em torno da maior festa popular carioca, considerado uma festa de alcance social bastante diversificada. A pesquisadora Wanilce Galvão destaca a historicidade do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro,

> É assim que se compreende como a população pobre, aquela que participa das escolas de samba, é capaz de arcar com as verdadeiras fortunas implicadas a cada ano no Carnaval, de ordem de milhões. Somem-se a isso: a subvenção da prefeitura, a renda nada desprezível do CD anual com os principais sambas-enredos do desfile; que vende normalmente um milhão de cópias, os "direitos de arena", como são chamados os direitos de transmissão televisiva; e a participação na venda de ingressos para as arquibancadas. É preciso não esquecer, ademais, que o Brasil é o sexto mercado mundial do mundo. Embora quem ouça o rádio possa ter uma impressão diferente, no conjunto do nosso país tem a singularidade de privilegiar sua própria música, ao contrário do que acontece no restante do Globo, em que predomina a música norte-americana. O volume dos negócios do mercado brasileiro ultrapassa anualmente um bilhão de dólares (GALVÃO, 2009, p. 19).

Nesse sentido, as sedes das escolas de samba do Rio de Janeiro ficam localizadas nos morros ou nos subúrbios proletários. Cada espaço do Rio de janeiro tenta contar a sua história

cotidiana através do desfile das escolas de samba na cidade carioca, no caso da Paraíso do Tuiuti localizada na região zona norte do estado do Rio de Janeiro, não seria diferente, a pesquisadora Wanilce Galvão assim destaca,

> Cada bairro tem sua própria escola de samba, e essa identificação é a tal importante que, como regra geral o topônimo costuma figurar no nome da escola, cada uma demarcando o seu território: Estação Primeira de Mangueira; Beija-Flor de Nilópolis; Caprichosos de Pilares; Cartolinhas de Caxias; Acadêmicos do Engenho da Rainha; União da Ilha do Governador; Mocidade Independente de Padre Miguel; Acadêmicos do Salgueiro; Portela, que fica na estrada de mesmo nome; Império Serrano, situada no morro da Serrinha, em Madureira; Imperatriz Leopoldinense (aqui situado na estrada de ferro suburbana, assim denominada a consorte do imperador Pedro I). Esta última encontra-se à beira da linha desse nome, porém no bairro de Ramos, pois substituiu o antigo bloco Recreio de Ramos (GALVÃO, 2009, p. 19-20)

No que se refere a história da escola de samba Paraíso do Tuiuti, foi fundada no dia 5 de abril de 1952, portanto, ela possui a sua sede localizada no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio. Atualmente, a escola é presidida por Renato Marins, o Renato Thor, que resgatou a força da comunidade azul e amarelo[22].

O abre-alas destaca a pesquisa exaustiva realizada pelo carnavalesco da Escola de Samba do Paraíso do Tuiuti, percebemos que para além do estético, existe uma pesquisa histórica evidenciada na leitura social pensada pela escola na Marquês de Sapucaí, por exemplo, podemos perceber que foram consultadas 12 obras historiográficas para pensar o samba enredo “Meu deus, meu deus, está extinta a escravidão”.

Nesse sentido, cabe-se observar o papel historiográfico para além da academia na divulgação do conhecimento histórico que não se restringisse ao espaço escolar, através do livro didático de História, mas podendo ser explorado, por exemplo, por meio de um desfile de escola de samba. O professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode desenvolver uma atividade didática explorando as temáticas apresentadas pelo desfile, assim mostrando que o conhecimento histórico escolar não é algo pronto e acabado, mas uma construção permanente no interior do espaço escolar.

Tabela 2 – Livros historiográficos para escrita do samba enredo da Paraíso do Tuiuti em 2018

Livro	Autor	Ano	Editora
A escravidão na África	Paulo Lovejoy	2002	Civilização Brasileira

[22] Nossa História. Disponível em www.paraisodotuiuti.com.br. Acesso em 05 de out. de 2022.

Dicionário da escravidão negra no Brasil	Clovis Moura	2004	Edusp
O Abolicionismo	Joaquim Nabuco	2003	UnB
Escravidão e morte – Um estudo social	Orlando Petterson	2009	Edusp
A história da escravidão	Oliver Pétre-Grenouilleau	2009	Boitempo
A escravidão no Brasil	Jaime Pinsky	2000	Contexto
Escravidão e capitalismo histórico no século XIX – Cuba, Brasil e Estados Unidos	Ricardo Salles Rafael Marquese	2016	Civilização Brasileira
Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII e XIX.	Pierre Verger	1987	Corrupio
Trabalho escravo – a abolição necessária	Rodrigo Garcia Schwarz	2008	LTR
Escravidão negra e branca - o passado através do presente	Eduardo Etzel	1976	Global
A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato	Jessé de Souza	2017	Leya
Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.	Ciro Flamarion Cardoso	2014	Brasiliense

Fonte: Abre-Alas Rio Janeiro (2018).
Elaboração: Autor (2022).

Os temas debatidos dentro do desfile da escola de Samba do Paraíso do Tuiuti (2018) são os seguintes:

O preto-velho e a religiosidade africana no Brasil;

A senzala e o cotidiano do escravizado;

A sabedoria tradicional do povo quilombola;

A escravidão no mundo antigo;

O mercado de gente;

A relação África e Europa;

Os guerreiros africanos;

Os tumbeiros;

O rei congo e a escravização no Brasil;

Os escravizados no Brasil colonial (canaviais, ouro e diamante);

Os feitores no Brasil escravocrata;

O jornal abolicionista e o homem de cor;

As camélias do Leblon;

A dama de ferro e a pressão inglesa do processo de abolição da escravatura;

A Lei Áurea;

O cotidiano social no Brasil republicano;

O trabalho informal;

O trabalho na sociedade atual: CLT;

Os manifestoches e a sociedade brasileira;

O golpe de 2016 e a nova ordem escravocrata.

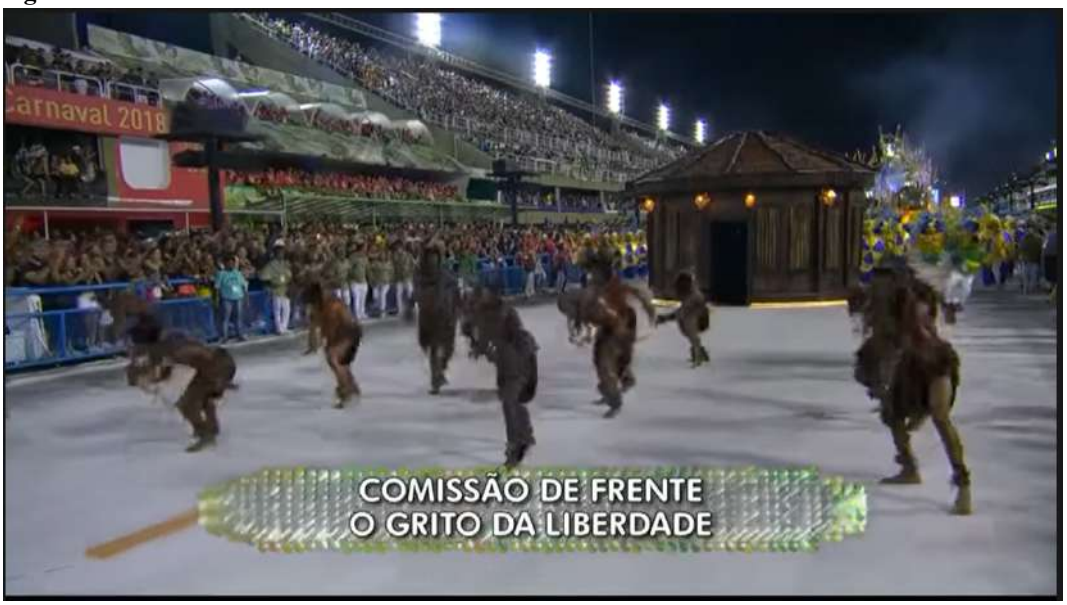
O samba enredo pode ser uma expressão artística para análise crítica da escravidão, conforme destaca o trabalho de Scherlowski, Jurado, Bastos e Maístro (2019), possibilita assim aproximar os alunos na educação básica de questões históricas, sociais e econômicas, por exemplo, que estão presentes transversalmente no livro didático de História, que a depender da ordem narrativa acaba privilegiando uma versão mais política e social, colocando para segundo plano questões econômicas e culturais dentro do livro didático em questão.

Meu deus, meu deus, está extinta a escravidão. Assim foi o enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti no ano de 2018, a escola foi vice-campeã do carnaval carioca, rememorou-se 130 anos da assinatura da Lei Áurea[23], o carnavalesco Jacques Vasconcelos destaca que o desfile da escola Paraíso do Tuiuti quer propor uma reflexão sobre esse processo histórico, quando nos faz uma reflexão em cima do trabalho de humanos. O desfile na avenida da Sapucaí traz uma reflexão importante sobre a extinção da escravidão. O desfile da Escola

[23] A lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888 declarou extinta a escravidão no Brasil. A princesa Isabel sancionou a Lei Áurea, após a conclusão de uma forte campanha popular abolicionista que pressionou o Império que a instituição da escravidão fosse assim abolida do nosso país.

Paraíso do Tuiuti vai questionar a assinatura da Lei Áurea, dizendo: não tem nada na Lei Áurea! Pois, botaram os negros libertos na rua e cada um que se vire, então, eles partem da senzala. A comissão de frente destaca o sofrimento dos escravizados sendo açoitados. Destaca-se que o capataz não ser um sujeito branco, mas sim, um sujeito negro.

Figura 1 – Comissão de Frente da Paraíso do Tuiuti



Fonte: Autor (2022).

Figura 2 – Representação da Senzala com o capataz

Fonte: Autor (2022).

Figura 3 - Comissão de frente e carro abre-alas da Paraíso do Tuiuti

Fonte: Autor (2022).

Destaca-se na comissão de frente o papel de resistência o processo de escravidão no Brasil, nesse aspecto evidencia-se a religiosidade do povo negro com a figura do "preto velho"[24], sendo um personagem mítico do movimento negro sendo um momento de redenção da força dos ancestrais, fazendo a representação da cura e do benzimento dos escravizados diante do processo de violência física sofrido no Brasil. O capataz acaba se arrependendo do processo de subserviência.

Nesse caso, ficou representado na comissão de frente o chamado "grito de liberdade", pois, faz-se a defesa da população negra diante da atual situação social, econômica e cultural pelo qual atravessava diante de vários problemas como a intolerância de raça, de religião e a corrupção, por exemplo, o desfile da Paraíso da Tuiuti propõe uma nova leitura da escravidão na avenida Marquês de Sapucaí. Com isso, espera-se construir uma reflexão sobre esse processo social, retratando um triste período da nossa conquista portuguesa.

> Um grupo de negros africanos escravizados é humilhado pelo açoite de seu capataz. Começa aqui a primeira reflexão, como sendo um irmão pela sua cor, esse negro pode se vender e ignorar toda a sua ancestralidade para ser um algoz funcionário da Casa Grande? Será que essa questão não se iniciou na Mãe África? Onde tribos irmãs guerreavam para capturar os oprimidos e vender aos brancos que enchiam seus navios negreiros, os famosos "Tumbeiros" para serem escravizados no Novo Mundo? (Abre-Alas, 2018, p. 220).

[24] Segundo Santos (2017, p. 191) o "preto velho" é uma das linhas de trabalho mais poderosas da Umbanda, do Candomblé e dos caboclos. São espíritos que representam generosidade, amor, humildade e se apresentam sob a imagem de idosos africanos que foram escravizados e morreram de velhice.

Figura 4 – O papel do preto velho

Fonte: Autor (2022).

Figura 5 – O processo de cura dos pretos velhos

Fonte: Autor (2022).

O desfile da escola Paraíso do Tuiuti destaca que a falta de consciência social sobre o processo de escravidão no Brasil, afirma-se a pertinência do novo sistema escravista no Brasil contemporâneo. Demonstra-se que na selva da cidade os quilombolas lutam, por (re)existência na sociedade brasileira. Conforme demonstra a velha guarda da escola Paraíso do Tuiuti. Assim, os "olhos que já viram de um tudo, [e as] peles castigadas pela vida e vozes que transmitem uma experiência ancestral. A velha-guarda do Paraíso do Tuiuti representa o respeito aos mais experientes e seus ensinamentos" (ABRE-ALAS, 2018, p. 193).

Figura 6 – Sabedoria Quilombola

Fonte: Autor (2022).

O carro abre-alas vem representando o Quilombo do Tuiuti (figura 7) com a personificação dos rinocerontes como as fortificações dos quilombos e sua luta dentro de espaço social, assim, há a intenção de aproximar a escola de samba com os quilombos sendo lugar de refúgio, de pensamento comum, de esperança. Seguindo apresenta a corveia egípcia sendo os escravizados como mercadoria no mundo antigo (figura 8), era uma espécie de trabalho obrigatório, mas eles tinham algum tipo de remuneração. O desfile da Paraíso da Tuiuti quer destacar que na mais antiga civilização, a egípcia, temos a escravidão, destaca-se as pirâmides do Egito (figura 9).

> Um quilombo e uma comunidade tem muito em comum. Ambos são lugares de resistência e abrigo. E só existe um quilombo onde há opressão, exclusão. Com uma estética inspirada nas fortificações de tribo africanas, o abre-alas traz um imagético Quilombo Tuiuti, guardado por grandes rinocerontes que simbolizam a força da África e ladeado por máscaras tribais para espantar os maus espíritos. Ele representa o sentimento de luta do povo da comunidade e a ancestralidade guerreira presente em cada morador do morro do Tuiuti ou componente do Paraíso do Tuiuti que tem sua escola de samba como bastião de orgulho e identidade. (ABRE-ALAS, 2018, p. 193).

Figura 7 – Carro Abre-Alas Quilombo do Tuiuti

Fonte: Autor (2022)

Figura 8 – Ala Corveia egípcia

Fonte: Autor (2022)

Figura 9 – Pirâmides do Egito

Fonte: Autor (2022)

O desfile demonstra o cativo babilônico (figura 10) para demonstrar que havia desigualdade entre os próprios cativos, havia os escravizados do tempo, os escravizados que trabalham no Estado e os escravizados particulares, e bem como escravizados de próprios escravos que eram aqueles que ganhavam dinheiro escravizando seus próprio povo. Assim, está representado o ladrilho no peito dos babilônicos e a cerâmica no alto em formato dourado.

Figura 10 – Escravizados babilônios

Fonte: Autor (2022).

No mundo antigo, especificamente na Grécia, a pessoa se tornava um escravo quando elas eram capturadas em uma guerra ou se tivessem alguma dívida a pagar, enquanto ela não pagasse a dívida era escravizada, assim está representada na ala serviçal grego (figura 11). Cabe-se ressaltar que a Grécia Antiga desprezava o trabalho manual e prezava pelo trabalho intelectual. A ala gladiador Romano (figura 12) representa os sujeitos sociais que eram obrigados a lutar até a morte, uma espécie de escravidão guerreira aos interesses do escravocrata. Os povos eslavos vem sendo representados na próxima ala (figura 13), sendo considerados escravos dos gregos, dos romanos e dos germânicos. A origem da palavra escravo tem a ver com a palavra eslavo, sendo considerada uma derivação e uma influência.

O desfile da Paraíso da Tuiuti destaca as várias formas de escravidão dentro da antiguidade. Por exemplo, temos a escravidão dentro da civilização árabe (figura 14) para destacar que eram os escravos caputados que agora serviçais abanavam os senhores, por isso, a representação dos leques brancos e sempre altíssimos na mãos, eles escravizavam os povos de navios ao longo do mar mediterrâneo.

Figura 11 – Ala serviçal grego

Fonte: Autor (2022).

Figura 12 – Ala gladiador Romano

Fonte: Autor (2022)

Figura 13 – Ala povos eslavos

Fonte: Autor (2022)

Figura 14 – Ala povo árabe

Fonte: Autor (2022)

O segundo carro do desfile da Paraíso da Tuiuti representou o mercado de gente (figura 15), assim, evidencia o tráfico de escravos das diversas etnias. Um grupo de escravos mediterrâneos é cercado por um grupo de sentinelas árabes, o grande Califa junto com os leões simboliza o poder da realeza, guardando as riquezas humanas e as riquezas materiais do califado. O chafariz no centro do carro é um objeto muito comum dentro dos palácios árabes, um pouco de umidade diante da quentura do espaço árabe.

> Alegoria ao tráfico de escravos praticado pelos muçulmanos árabes do norte e leste da África. Pessoas de vários grupos raciais foram forçadas à escravidão, incluindo uma grande parcela de povos europeus da costa mediterrânea e das regiões montanhosas do Cáucaso. Na alegoria percebe-se um grupo de escravos mediterrâneos cercados por sentinelas árabes com o grande Califa ao fundo. Na frente, dois leões (símbolo de poder e realeza) guardam as riquezas, humanas e materiais, do Califado. (ABRE-ALAS, 2018, p. 193).

Figura 15 – Carro Mercado de gente

Fonte: Autor (2022)

A seguir é mostrada a ala África e Europa (figura 16). A ala das baianas evidencia a riqueza africana (figura 17) simboliza a riqueza, o ouro e poder dos reinos africanos, com muita pele de animal de zebra e de leopardo, pois, até o século XVI o interesse dos comerciantes na África não era o comércio de escravizados, mas tinham o interesse pelo ouro, pelo marfim, depois que isso vai se transformando e as pessoas recorrem ao continente africano para escravizar as pessoas.

> Com o intuito de expandir suas atividades comerciais, no contexto da sua expansão marítima, europeus exploraram a costa africana e iniciaram o maior mercado de escravidão em massa da história da humanidade. A ala traz dois figurinos para representar essa relação: uma alegoriza a expansão marítima europeia e a outra o continente africano. (ABRE-ALAS, 2018, p. 196).

Figura 16 – Ala África e Europa

Fonte: Autor (2022)

Figura 17 – Ala das baianas: riqueza africana

Fonte: Autor (2022)

A ala guerreiros (figura 18) destaca os negros capturados para fortalecerem os exércitos europeus. A Ala dos aprisionados (figura 19) onde vários povos africanos eram escravizados por conta das guerras e das invasões, e depois, por conta do comércio mesmo. Os comentaristas destacam que a escola evidencia o negro escravizando negro para comercializar para a Europa. A crítica social presente nessa ala é a presença de brancos e negros sendo aprisionados nas gaiolas.

Figura 18 – Ala guerreiros

Fonte: Autor (2022)

Figura 19 – Ala aprisionados

Fonte: Autor (2022)

O terceiro carro é um tumbeiro (figura 20), ela é uma silhueta do navio negreiro. Portanto, nessa alegoria a escravidão chega no Novo Mundo, ou seja, nas Américas e nos Brasil, assim demonstra a maneira degradante como as pessoas eram transportadas, onde eram escravizados africanos de todas as classes e de todas as situações (figura 21). Vários reis e rainhas chegaram escravizados ao Brasil. Por exemplo, temos a exploração de um rei africano escravizado (figura 22). A nossa congada é uma festa em homenagem ao rei do Congo[25] que

[25] Segundo Mello e Souza (2002, p. 19) as congadas foram fortemente descritas por folcloristas, que observam fortemente a sua realização, assim como analisadas por estudiosos de outras áreas, principalmente da antropologia e da literatura popular.

veio escravizado. O ensino de História hoje através da lei 10.639/03 tenta construir um outro olhar menos eurocêntrico para a História do Brasil e sua relação permanente com o continente africano. Os comentaristas da rede globo destacam o desafio de incluir este tema nos currículos escolares, como também demonstra o pesquisador Tomaz Tadeu (2001), assim, afirmam "ele já está e precisa ser cumprido nas salas de aulas com as nossas crianças", evidencia Fátima Bernardes.

> A silhueta de um navio negreiro, também alcunhados de "tumbeiros" devido ao alto índice de mortandade durante as viagens, se funde à estética prisional composta por correntes e linhas que remetem a um concretismo desconfortável representando a forma degradante e cruel em que os negros africanos eram transportados para as colônias europeias ávidas por mão-de-obra barata para suas produções extrativistas. Reis, nobres, sacerdotes, guerreiros, artífices ou simples aldeões, tiveram sua humanidade anulada, chamados de "peças" e amontoados como estoque no maior mercado escravagista da história da civilização. (ABRE-ALAS, 2018, p. 189).

A pesquisadora Wanilce Galvão destaca assim sobre a tradição cultural da congada no Brasil colonial,

> Entre as muitas festas africanas habituais no tempo da colônia, destacam-se pelo tamanho, ubiquidade e fertilização do futuro Carnaval os congos, que eram danças dramáticas completas e perfeitas, encarnadas em cortejos de escravos, cantados, tocados, dançados e representados, pois tinham um enredo. Os congos revelavam o esforço dos africanos para se organizarem e conquistar a visibilidade no espaço da cidade. (...) No Brasil, esses divertimentos ficaram ligados à eleição de um rei Congo e sua rainha, coroados por um padre, por vezes por dentro da Igreja e defronte ao altar. Em seguida, sairiam reis e súditos pelas ruas. Registro dessas danças tanto em textos de viajantes quanto em representações gráficas. (GALVÃO, 2009, p. 61).

Figura 20 – Carro Tumbeiros

Fonte: Autor (2022)

Figura 21 – Carro Tumbeiros

Fonte: Autor (2022)

Figura 22 – Rei do Congo

Fonte: Autor (2022)

Uma imersão do escravizado na colônia brasileira apresentando a sua inserção no processo de conquista do território brasileiro, por exemplo, a ala escravizados nos canaviais (figura 23), posteriormente, a ala escravizados com ouro e diamante na cidade de Minas Gerais, simbolizando em sua cabeça o uso de um instrumento para peneirar a pedra do ouro (figura 24). A bateria da escola do Paraíso do Tuiuti eram os feitores (figura 25).

Figura 23 – escravizados nos canaviais

Fonte: Autor (2022)

Figura 24 – Escravizados com ouro e diamantes

Fonte: Autor (2022)

Figura 25 – Bateria Feitores

Fonte: Autor (2022)

Um instrumento usado na mineração chamado bateia, sendo uma técnica do aluvião dentro da mineração representado na ala escravizados na faiscação (figura 26). Posteriormente, a ala escravizada nas Minas (figura 27) sendo os escravos de ganho que ganhavam alguma comissão com o trabalho que exerciam na cidade.

Figura 26 – Escravizados na faiscação

Fonte: Autor (2022)

Figura 27 – Escravizados de ganho nas Minas

Fonte: Autor (2022)

O terceiro carro intitulado Ouro Negro (figura 28) representa a riqueza produzida pelos escravizados, na lateral do carro são relembrados algumas pinturas do viajante francês J. Baptiste Debret (figura 29). Demonstram os festejos africanos, colocando em destaque a congada (figura 30). Portanto, podemos inferir que o desfile da Paraíso da Tuiuti pode apresentar um olhar social para o processo escravocrata no Brasil, partindo de uma narrativa muito além da escravidão, mas da imersão do negro escravizado na sociedade de classe no passado e no presente.

> A escravidão negra desenhou o cenário cotidiano social do Brasil colonial e foi peça fundamental na formação da população brasileira, como exemplificados nos murais que reproduzem algumas pinturas de Debret. Banhada pelos tons dourados da riqueza barroca brasileira, a alegoria traz referências do diálogo entre culturas como os festejos aos padroeiros de irmandades religiosas negras (como as Congadas à São Benedito e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos) e sincretismos míticos (na divindade de um totêmico "preto velho"). (ABRE-ALAS, 2018, p. 190).

Podemos considerar que o desfile da Paraíso do Tuiuti é uma leitura social do tempo presente, pois, a História do Tempo Presente é a história do nosso próprio tempo, do próprio tempo da vida do historiador (HOBSBAWM, 1998, p. 63). O debate em torno do processo escravocrata brasileiro no passado e no presente apresenta-se como leitura do debate em torno das consequências sociais do trabalho escravocrata no passado e no presente.

Figura 28 – Carro Alegórico Ouro Negro

Fonte: Autor (2022)

Figura 29 – Pinturas do francês Debret

Fonte: Autor (2022)

Figura 30 – Festa da Congada com pintura de Debret

Fonte: Autor (2022)

A ala Homem de cor (figura 31) destaca a capa do primeiro jornal negro impresso no Brasil, os jornalistas eram todos negros e assinavam como redatores para manter assim o anonimato dos autores. A ala os abolicionistas (figura 32) representa o nome dos principais personagens negros abolicionistas André Rebouças (1838-1898), Rui Barbosa (1849-1923), Aristides Lobo (1838-1896), Luis Gama (1830-1882), João Clapp (1840-1902) e Castro Alves (1847-1871). Usando estandartes com a figuras dos principais negro presentes no processo de abolição da escravatura.

Figura 31 – Ala Homem de cor

Fonte: Autor (2022)

O desfile tenta assim demonstrar sobre o homem de cor como,

> O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil nasceu na capital do Império batizado "O Homem de Cor", publicado na Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito, instalada no Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes) e cuja a presença negra em seu quadro era predominante e seus artigos eram assinados apenas pelo polêmico "O Redator", a fim de resguardar o anonimato de seus autores. A ala reproduz no figurino a primeira página de uma edição original do jornal. (ABRE-ALAS, 2018, p. 203).

Figura 32 – Ala Os abolicionistas

Fonte: Autor (2022)

O que era representado na ala os abolicionistas,

> A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, fez com que a ideia do abolicionismo ganhasse ainda mais relevância em vários setores da sociedade como, por exemplo, políticos, médicos, advogados, jornalistas, artistas e estudantes. A ala traz uma homenagem a alguns dos principais nomes dessa luta retratados em estandartes como Joaquim Nabuco, Castro Alves, André Rebouças, José do Patrocínio, Francisco de Paula Brito, Luís Gama, Eusébio de Queirós, Tobias Barreto, Chiquinha Gonzaga, Ruy Barbosa, Maria Firmina dos Reis e Francisco José do Nascimento (o Dragão do Mar). (ABRE-ALAS, 2018, p. 202).

A ala Camélias do Leblon (figura 33) traz em suas saias, especificamente na cintura a camélia que era o símbolo dos abolicionistas. A ala dama de ferro (figura 34) representava a pressão dos ingleses pelo fim da escravidão no Brasil, ameaçando ao nosso país sanções econômica se não aderissem ao fim do processo de compra de escravizados. Cabe relembrar que o mercado de escravizados brasileiro foi o último a aderir. Nesse aspecto as Camélias do Leblon representam,

> Com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império, muitos deles membros da Confederação Abolicionista, uma chácara no bairro

> do Leblon recebia escravos fugitivos onde cultivavam flores. As camélias lá produzidas eram ostentadas em público pela Princesa Isabel como protesto antiescravagista e se tornaram um símbolo da luta pela abolição total da escravidão. (ABRE-ALAS, 2018, p. 203).

Figura 33 – Ala camélias do Leblon

Fonte: Autor (2022)

Posteriormente, a ala dama de ferro destaca que,

> A pressão imperialista inglesa pela abolição da escravatura no Brasil é movida por interesses econômicos da chamada "Revolução Industrial". Rodas dentadas e estruturas de ferro dão à fantasia o clima da chegada da maquinofatura em substituição à manufatura, obrigando que a escravidão fosse substituída pelo trabalho assalariado. (ABRE-ALAS, 2018, p. 204).

Figura 34 – Ala dama de ferro

Fonte: Autor (2022)

A representação do tripé Lei Áurea (figura 35) com o negro liberto em cima destaca a inclusão do negro na sociedade de classes brasileira. O enredo destaca “liberto como cara pálida?”. A ala cativeiro social (figura 36) demonstra que a acabou o cativeiro mas que não livrou ninguém da pobreza, posteriormente destaca o trabalho escravo rural (figura 37), que é uma realidade no Brasil atual, portanto, o enredo da escola Paraíso do Tuiuti destaca a permanência social da escravidão. São consideradas as mazelas da escravidão hoje na sociedade brasileira.

> O tripé traz a reprodução do documento assinando pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, no qual se abolia totalmente a escravidão no Brasil. "Áurea" quer dizer "de ouro" e a expressão refere-se ao caráter glorioso da lei que pôs fim a essa forma desumana de exploração do trabalho. (ABRE-ALAS, 2018, p. 191).

Figura 35 – Tripé Lei Áurea

Fonte: Autor (2022)

O processo após a abolição da escravatura foi destacado no desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) fazendo a sua crítica social ao processo de abolição afirmando o novo cativeiro social a qual foi submetida a população negra destacando que,

> A abolição da escravidão não fora acompanhada por ações que promovessem a inserção dos negros na sociedade. Dessa forma, a miséria e a desigualdade continuaram presentes no cotidiano dos “libertos”, numa simbólica troca da senzala tradicional por um “cativeiro social” difícil de escapar. (ABRE-ALAS, 2018, p. 204).

Figura 36 – Ala cativeiro social

Fonte: Autor (2022)

Figura 37 – Ala trabalho escravo

Fonte: Autor (2022)

A ala trabalho informal (figura 38) destaca os pequenos negócios amadores, o que sustenta muita gente que não tem vínculo empregatício. A ala guerreiros da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (figura 39), representando um monte de braço simbolizando uma classe sobrecarregada, com muito trabalho. A ala manifestoches (figura 40) demonstra a população manipulada com a camisa da seleção brasileira, movimento social recente que culminou com o processo de golpe contra a presidente Dilma Rousseff (2010-2016). O desfile faz uma crítica às ações assumidas pelo governo Michel Temer no que se refere à reforma da previdência e a reforma trabalhista. Nesse caso, o desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti acaba escancarando o golpe contra os trabalhadores, pois, conforme esclarece o diretor

carnavalesco desta escola, “nós falamos é o que povo quer”[26]. Portanto, um ato político de resistência no ano de 2018 sobre os acontecimentos recentes que repercutem na vida do trabalhador brasileiro.

Assim, o desfile destaca que após o processo de abolição da escravatura o que se seguiu no interior da sociedade brasileira foi um processo de marginalização da população negra, o que não trouxe nem cidadania e nem igualdade de direitos para os chamados escravos libertos. Durante o desfile da Paraíso do Tuiuti tenta-se proteger os direitos trabalhistas conquistados ao longo do século XX.

Figura 38 – Ala trabalho informal

Fonte: Autor (2022)

[26] Redação SP Bancários. **Em desfile histórico, Paraíso do Tuiuti escancara golpe contra trabalhadores**. Disponível em https://spbancarios.com.br/02/2018/em-desfile-historico-paraiso-do-tuiuti-escancara-golpe-contra-trabalhadores acessado em 05 de out. 2022.

Figura 39 – Ala guerreiros da CLT

Fonte: Autor (2022)

Figura 40 – Ala manifestoches

Fonte: Autor (2022)

A ala manifestoches assim foi representado a partir da concepção recente de que houve,

> A manipulação do pensamento articulada pelas potências empresariais e políticas para enfraquecer a consciência do poder que a massa trabalhadora e menos favorecida tem, fazendo com que até muitos pobres sejam "patos" orgulhosos da classe dominante marchando em direção à manutenção do velho ciclo de exploradores e explorados. (ABRE-ALAS, 2018, p. 206).

O último carro-alegórico neo-tumbeiro foi dividido em duas partes. Na parte de baixo esta classe pobre representando o navio negreiro, e na parte de cima a classe dominante na

figura do presidente Michel Temer (2016-2018), a época, sendo representada pelo vampiro (figura 41), apresenta-se manifestamente manipulados com a camisa da seleção (figura 42) e diversos trabalhadores brasileiros com carteiras de trabalho da CLT na mão, diante das diversas investidas do governo Michel Temer em reformular as legislações trabalhistas brasileiras. O desfile da Paraíso do Tuiuti faz uma crítica social às políticas públicas para os diversos níveis dentro da sociedade brasileira, após o processo de golpe midiático-jurídico-parlamentar que culminou com a saída da presidente Dilma Rousseff (2016) do poder. A parte final do último carro alegórico apresenta uma carteira de trabalho, demarcando assim as defesas dos direitos trabalhistas.

O neo-tumbeiro foi representado como,

> A alegoria é dividida em dois níveis para evidenciar a marcante desigualdade social do Brasil. Na parte inferior a plástica do carro 03, "Tumbeiro", retorna para atualizar a situação da massa trabalhadora, poeticamente, colocando-os no lugar dos escravos antigos. Na parte superior a classe dominante extrai e concentra cada vez mais as riquezas geradas pelo trabalho do povo e se articula, econômica e politicamente, para sua manutenção e de seus privilégios. À frente, a mão do trabalhador brasileiro continua acorrentada ao velho tumbeiro demonstrando que o antigo regime exploratório dos ricos sobre os pobres avança em golpeantes reformas. (ABRE-ALAS, 2018, p. 191).

Figura 41 – Carro Neo-Tumbeiro I: vampiro neoliberalista

Fonte: Autor (2022)

Figura 42 – Carro Neo-Tumbeiro II: “patriota” protestando

Fonte: Autor (2022)

Figura 43 – Carro Neo-Tumbeiro III

Fonte: Autor (2022)

Figura 44 – Carro Neo-Tumbeiro: Carteira de Trabalho

Fonte: Autor (2022)

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi compreender os múltiplos processos de inserção do sujeito africano no Brasil, bem como em algumas experiências ao longo das civilizações antigas, especificamente. Obviamente que o desfile da Paraíso da Tuiuti não deu conta de contar toda a história do povo negro, mas apresentou-se um recorte bastante significativo do processo social recente pelo qual os africanos libertos estavam vivenciando: o novo processo de escravidão com as mudanças ocorridas dentro da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no governo golpista de Michel Temer (2016-2018).

Assim, o desfile da Paraíso da Tuiuti traz questões amplamente interessantes para o debate no interior da sociedade brasileira, e por que não dizer também no interior do espaço escolar, refiro-me a inserção do negro na sociedade de classes como sujeito de direitos, em busca de sua cidadania, na construção de uma sociedade ao longo do período republicano como protagonistas de processos historicos.

O desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) torna-se uma leitura da lei 10.639 de 2003, pois colocou os negros como sujeitos históricos para o centro do debate educacional que foram constamente negligenciados dentro da História do Brasil. Com isso, mostram-se que assim como no passado, também no tempo presente resistem às políticas públicas e sociais de exclusão comandadas pela elite do atraso, se formos aqui rapidamente lembrar do sociólogo Jessé Souza (2022) que evidencia a herança do golpe de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff o desmonte de políticas de inclusão social voltadas para os diversos segmentos da sociedade brasileira.

> Todos os golpes no Brasil foram motivados pelo racismo de classe e de raça convenientemente mascarados. [...] Sem compreendermos isso, seremos presas fáceis para novos golpes e retrocessos mais tarde. É por conta disso que é tão importante chamar a atenção do público para novidades que "parecem" ser apenas retóricas teóricas e intelectuais. É que sem conhecê-las nossa ação prática também será "confusa" e não "esclarecida". (SOUZA, 2022, p. 17)

A fala de Souza coloca uma questão fundamental dentro desse processo histórico recente, e que foi bastante debatido no final do desfile da escola de samba da Zona Norte carioca: as mudanças sociais ocorridas no Brasil no início do século XXI incomodou a classe média brasileira, que não ascendeu ao governo pelo voto direto como ocorreu nos governos petistas durante as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Os grupos de direita e os

conversadores derrotas nas urnas em 2014 conspiraram contra o mandato eleito de Dilma Rousseff (2014-2016), impedindo-a de governar e de recuperar a economia brasileira, assim construíram um engessamento das ações do governo Dilma no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. O golpe de 2016, assim como demonstra o final do desfile da Paraíso do Tuiuti (2018), foi racista e classista. Dilma Rousseff no dia 15 de abril de 2016, fez um pronunciamento nas redes e na televisão aberta, que assim afirmou

> A denúncia contra mim em análise no Congresso Nacional não passa de uma fraude. A maior fraude jurídica e política da história de nosso país. Sem ela, o impeachment, sequer seria votado. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. Peço a todos os brasileiros que não se deixem enganar. Vejam quem está liderando este processo e o que propõe para o futuro do Brasil? Os golpistas já disseram que se conseguirem usurpar o poder será necessário impor sacrifícios à população brasileira. Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras. (BRASIL, 2016)

O desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) explorou a questão da CLT comentado pela presidente Dilma Rousseff, demonstrando a precarização do trabalho formal na sociedade brasileira com as mudanças ocorridas na legislação trabalhista, evidenciando que o golpe de 2016 também foi contra os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras, que em sua maioria haviam conseguido alcançar direitos a duras penas após a Constituição Federal de 1988 e a legislação trabalhista em prol dos diversos trabalhadores do campo e da cidade no Brasil.

Nesse caso, o desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) destaca um outro olhar para a história do povo africano, pois apresenta uma sociedade formada no interior do território brasileiro portando saberes e conhecimentos. Tendo como destaque o historiador E. P. Thompson (1987) que compreende a lei, como espaço social de mudança dentro do processo histórico, para que assim pudesse construir um currículo multicultural que valorizasse a diversidade étnica dentro da nossa formação social brasileira. O currículo pré-ativo pensado a partir do desfile da Paraíso do Tuiuti (2018) possibilita construir uma história de diversos protagonistas, estabelecendo uma identidade plural, além de fortalecer as bases da nossa democracia.

Além dos avanços da historiografia em relação à história africana, é importante destacar o comprometimento tanto no passado quanto no presente de diversos intelectuais, com o comprometimento de uma educação não colonizadora, tem se a intenção de oferecer uma educação que não fosse firmada em torno de estereótipos e de preconceitos. A lei 10.639

de 2003 tornou-se uma legislação antirracista também com essa visão de sociedade e educação.

Como parte dos questionamentos do debate deste trabalho, permitiu-se responder que, Não! A escravidão não está extinta! ainda há de se pensar em políticas sociais que permitam uma melhor inserção dos subalternizados no contexto da sociedade, ou fazer valer as que já estão postas, como a Lei 10.639/2003.

Esse debate, está sendo realizado no interior da sociedade e também do espaço escolar, espera-se que as políticas afirmativas privilegiadas no governo Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), especificamente através de ações públicas voltadas para a inclusão social sejam pensadas e problematizadas, e colocadas em prática numa sociedade de direitos e deveres com o cidadão.

REFERÊNCIAS

ABRE-ALAS. G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti. Rio de Janeiro, 2018.

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: In: PEREIRA, Amílcar; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

ALMEIDA, Silvio de. História da discriminação racial na educação brasileira. Escola da Vila, 2018. Publicado pelo canal Centro de Formação da Vila. (80:57 min) Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPl_Yw Acesso em: 23 out 2022

ANDRADE, Fabrício Andrade de. **Samba de escola**: o uso dos conceitos de memória e identidade para a educação das relações étnico-raciais. Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2019.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BORGES, Luciana; TAQUETTE, Stella. **Pesquisa qualitativa para todos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **LEI n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Olodum**: 40 anos de história. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?p=54049 Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n° 03/2004**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf Acesso em: 13 out. 2022.

CANDAU, Vera. Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAVALCANTI, Marilda C.. Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online], Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999, pp. 385-417. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300015 Acesso em: 10 nov. 2022. Epub 11 Dez 2001. ISSN 1678-460X. https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300015

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: modos de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Desfile Escola de Samba Paraíso do Tuiuti. Distribuído pela GLOBO. Publicado pelo canal Tudo e mais um pouco. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=DiEQOiDmW-o Acesso em 23 out. 2022.

FAGUNDES, H. P. P.; CARDOSO, B. L. C. Quinze anos de implementação da Lei 10639/2003: desafios e tensões no contexto da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Exitus**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 59-86, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n3ID918. Disponível em: http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/918. Acesso em: 13 set. 2022.

FERNANDES, A. de O.; FERREIRA, K. C. S. Estudos de Mitologia Afro-Brasileira: orixás e cosmovisão negra contra a intolerância e o preconceito. **Anagrama**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2009. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2009.35463. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35463. Acesso em: 7 nov. 2022.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Global, 2010.

GALVÃO, Wanilce. Ao som do samba: uma leitura do carnaval carioca. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GOMES, L. B.; FLORES, C. G. de C. .; SILVA, G. F. da; CASAGRANDE, C. A. Por uma escola intercultural: a sala de aula como lugar de muitas histórias. **Revista InterAção**, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 95–112, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i1.65079. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/65079. Acesso em: 15 out. 2022.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: Fonseca, Marcus; Silva, Carolina da; Fernandes, Alexsandra. Relações étnico-raciais e educação no Brasil.Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

HOBSBAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo: companhia das letras, 1998.

KOCHHANN, Andrea. **Pedagogia em espaços não-escolares**: uma discussão a luz do trabalho pedagógico. Goiânia: Kelps, 2021.

MELLO E SOUZA, Marina. **Reis negros no Brasil escravocrata**: História da festa de coroação do rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NUNES, André Rangel de Souza. **130 anos da Lei Áurea**: as leis abolicionistas e a integração da população negra no brasil. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/21569 Acesso em: 23 out 2022.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: percepções sobre desigualdades no Brasil. Instituto Datafolha. Disponível em: https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-nos-e-as-desigualdades-2022 Acesso em: 14 out 2022.

ROUSSEFF, Dilma. Pronunciamento 15 de abril de 2016. Disponível em (1646) Pronunciamento - Dilma Rousseff 15 de Abril - YouTube

SANTOS, Lorene. Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção da lei 10.639/03. In: PEREIRA, Amílcar; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e Culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SANTOS, Ynaê. História da África e do Brasil afrodescente. Rio de Janeiro: FAPERJ: Pallas, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: autêntica, 2022.

SCHERLOWSKI, Isabella; JURADO, Débora; BASTOS, Vinícius. **O uso do samba enredo para análise crítica da escravidão**. 1° pró-ensino: mostra anual de atividades de ensino da UEL. 23 e 24 de outubro de 2019. Trabalho vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, 2019.

SOUZA, Jessé. A herança do golpe. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2022.

THOMPSON, Edward. Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.